



Tarso Genro fala no Senado sobre acesso à universidade

PÁGINA 2



Ideli busca apoio para votar a reforma do Judiciário

PÁGINA 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 2.030 – Brasília, 18 a 24 de outubro de 2004

EDIÇÃO SEMANAL

Edição de MPs pelo Executivo dificulta votações no Senado e na Câmara dos Deputados

Excesso de medidas provisórias provoca reação no Congresso

PÁGINAS 4 E 5

Indicado para diretoria do Banco Central será sabatinado

Mensagem que indica Rodrigo Telles para cargo no Banco Central é a única matéria na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos nesta terça-feira.

PÁGINA 3

Combate à compra de votos está na pauta da CCJ

Projeto que aumenta rigor contra a compra de votos é uma das 50 propostas que podem ser examinadas pela Comissão de Justiça na reunião de quarta-feira.

PÁGINA 3

ORÇAMENTO

Oposicionistas articulam-se para cobrar do governo federal, na Comissão Mista de Orçamento, o cumprimento das emendas de iniciativa de parlamentares.

PÁGINA 8

PROFESSORES

A federalização do ensino fundamental e médio é proposta pelo senador Cristovam Buarque para assegurar qualidade uniforme à educação no país.

PÁGINA 10



ANTONIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM

Frotas movidas a biodiesel devem ajudar a reduzir a emissão de gases poluentes nas grandes cidades brasileiras

Abaixo a poluição: o biodiesel vem aí

Enquanto o preço do petróleo bate recordes sucessivos no mercado internacional, o Brasil cria um programa de energia alternativa que visa substituir parte do óleo diesel utilizado em ônibus e caminhões. Com a vantagem de lançar

menos poluentes pelas descargas dos veículos, o biodiesel, retirado da mamona, da soja e até do dendê, pode garantir emprego para milhões de sertanejos no Nordeste, segundo o senador Alberto Silva.

PÁGINA 7

cidadania



JOSÉ NASCIMENTO/FOLHA IMAGEM

Serviços como tarifas bancárias e cálculo de imposto estão disponíveis a quem navega pela rede mundial

Cidadania mostra sites na Internet a serviço do cidadão

Informações sobre saúde, educação, direitos do consumidor, política e legislação, além de serviços sobre assuntos diversos, estão disponíveis na Internet e são tema desta edição do *Especial Cidadania*.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
FRASES	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

agenda

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

14h - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Rádios públicas – O colegiado homenageia as rádios públicas brasileiras, por ocasião dos 50 anos de morte de Edgar Roquette Pinto, um dos patronos da radiodifusão nacional.



Relatórios – As comissões temáticas do conselho apresentam os seus trabalhos. Atualmente, cinco comissões discutem os seguintes temas: regionalização da programação, tecnologia digital, radiodifusão comunitária, TV a cabo e concentração na mídia.

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Indicação – Na primeira parte da reunião, os senadores examinam a indicação de Rodrigo Telles da Rocha Azevedo para diretor do Banco Central. A votação, logo após a sabatina, será secreta.

Parcerias público-privadas – A comissão também realiza audiência para discutir o projeto que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs), em tramitação no colegiado (PLC 10/04).



Foram convidados Demian Fiocca, chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, e Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

10h30 e 11h – EDUCAÇÃO

Instalação – A comissão se reúne, primeiramente, para instalar a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. O ministro Eduardo Campos, da Ciência e Tecnologia, confirmou presença na reunião. Também foram convidados o representante da Unesco no Brasil e os presidentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciência (ABC), da Associação Brasileira de Biossegurança (AnBio), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), da Agência Espacial Brasileira e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Internet – A CE também deve examinar, entre outros itens, o projeto de lei que coíbe a utilização de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica (PLS 367/03). **Autor:** Hélio Costa (PMDB-MG). **Relator:** Papaléo Paes (PMDB-AP).

15h – MISTA DE ORÇAMENTO

Pauta – Reunião de líderes para discutir a retomada dos trabalhos e a pauta de discussões.

Plenário

As sessões de segunda e sexta-feira são não deliberativas, ou seja, sem votação de projetos, e destinadas aos pronunciamentos dos senadores e a comunicados da Mesa diretora. Nesta terça-feira, serão retomadas as votações, que prosseguirão na quarta e na quinta-feira. Nesses dias, os senadores devem examinar, entre outras matérias, propostas de emendas constitucionais (PECs) sobre os seguintes assuntos:

Comparecimento do presidente – A Proposta de Emenda Constitucional 64/99 obriga o presidente da República a comparecer ao Congresso na abertura da sessão legislativa ordinária para apresentar a mensagem e o plano de governo. **Autor:** senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e outros. **Relator:** então senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

Orçamento – A PEC em discussão (22/00) torna o orçamento impositivo, obrigando o governo federal a executar a Lei Orçamentária. Na prática, a proposta impede o contingenciamento de recursos pelo Poder Executivo. **Autor:** senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). **Relator:** senador César Borges (PLF-BA).

Fundef – A PEC 29/02, que duplica o prazo da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), será discutido em primeiro turno. **Autor:** então senador Francisco Escórcio (PMDB-MA). **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE)

Idosos – Será discutida em primeiro turno a proposta que obriga o pagamento em espécie

das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios (PEC 1/03). **Autor:** senador Maguito Vilela (PMDB-GO). **Relator:** senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Agências reguladoras – Os princípios da atividade regulatória constam da PEC 81/03. De acordo com a proposta, as agências reguladoras devem promover o funcionamento dos mercados, inclusive os serviços públicos em regime de autorização, concessão ou permissão, respeitando os interesses do poder público, do consumidor e das empresas. Prevê ainda o controle externo das agências. **Autor:** senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). **Relator:** senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Ilhas costeiras – A Proposta de Emenda à Constituição 15/04 exclui dos bens da União as ilhas oceânicas ou costeiras que contêm sede de município. Capitais como Florianópolis (SC), São Luís (MA) e Vitória (ES) são exemplos de municípios localizados em ilhas costeiras. **Autor:** deputado Edison Andrino. **Relator:** senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

Homenagem – Por iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), a Medicina brasileira será homenageada na sessão de segunda-feira, pelo transcurso do Dia do Médico, no mesmo dia. Na quinta-feira, a homenagem será à Legião da Boa Vontade (LBV) pela inauguração do Templo da Boa Vontade, há 15 anos, em Brasília.

(De segunda a quinta, o Plenário inicia a sessão às 14h30. Na sexta, a sessão começa às 9h).



GERALDO MAGELA

18h – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Audiência – O colegiado se reúne para ouvir, em audiência pública, o ex-presidente e o liquidante do Banco Mercantil de Pernambuco, Armando de Queiroz Monteiro Filho e Nilvan Vasconcelos, respectivamente, sobre o fechamento da instituição bancária. A subcomissão, presidida pelo senador Aelton Freitas (PL-MG), faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos.

QUARTA-FEIRA

10h – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Crimes contra o sistema financeiro – Tramita na comissão projeto que pune com maior rigor os crimes contra o sistema financeiro nacional (PLS 170/04). O projeto altera dispositivo da Lei do Co-

larinho Branco e prevê três a 12 anos de reclusão para quem gerir fraudulentamente instituições financeiras. **Autor:** Ramez Tebet (PMDB-MS). **Relator:** Maguito Vilela (PMDB-GO).

10h – EDUCAÇÃO



11h e após a ordem do dia – ASSUNTOS SOCIAIS

Greve dos bancários – Por iniciativa de Paulo Paim (PT-RS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), os senadores da comissão podem promover audiência pública destinada a discutir a recente greve dos bancários.

Foram convidados para debater o assunto o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini; o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Márcio Artur Laurelli Cypriano; e o presidente da Confederação Nacional dos Bancários, Wagner Freitas.

Doações – Entre os diversos projetos que compõem a pauta dos trabalhos da reunião, os senadores da CAS devem examinar a proposta que altera a legislação do Imposto de Renda sobre a concessão de benefícios fiscais para as doações destinadas à assistência e promoção social (PLS 383/03). **Autor:** Sérgio Zambiasi (PTB-RS). **Relator:** então senador Marcos Guerra.

PAULO BROSSARD

Livro – O jornalista Luiz Valls lança, no Salão Nobre do Senado, a biografia *Brossard – 80 Anos na História Política do Brasil*, sobre o ex-ministro da Justiça.



MARCIA KALUNE

Comparecimento de Tarso Genro foi acertado em conversa com Osmar Dias

Ministro debate acesso de carentes ao ensino superior

O ministro da Educação, Tarso Genro, deve comparecer nesta quarta-feira ao Senado para debater com os integrantes da Comissão de Educação (CE), em audiência pública, os planos do governo e os projetos em discussão no colegiado para ampliar o acesso dos estudantes das classes de menor renda à universidade. Sobre o assunto, tramitam no Congresso várias propostas de parlamentares e um projeto do Executivo, cujo teor foi substituído pela medida provisória editada em 10 de setembro, que instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni). O programa se destina à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (50%) para cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior.

A presença do ministro foi acertada na mais recente reunião da CE, no dia 5, depois que a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), intermediou conversa telefônica entre Genro e o presidente da comissão, senador Osmar Dias (PDT-PR). O ministro anunciou seu desejo de participar da audiência pública e, assim, foi retirado da pauta requerimento do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), que o convocava ao Senado.

Reserva de vagas em universidade pública

Também para aguardar o debate com o ministro da Educação, foi adiada a votação do projeto (PLS 215/03), da então senadora Íris de Araújo (PMDB-GO), que reserva cotas para alunos carentes nas universidades públicas. A matéria tem parecer favorável de Leonel Pavan (PSDB-SC).

Nesta terça-feira, às 10h, será instalada na CAS a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, em solenidade que contará com a presença do ministro Eduardo Campos, além de representantes de entidades ligadas ao setor.

Em seguida, os membros da comissão deverão examinar pauta com projetos de lei e de decretos legislativos, entre eles proposta do senador Romeu Tuma (PFL-SP) determinando que as bulas de remédios devem ser impressas em letras maiores.

PLENÁRIO Líderes governistas acreditam na obtenção de quórum para concluir exame de mudanças na Justiça

Câmara

Reuniões buscam acordo para votação

As duas reuniões com líderes partidários da Câmara dos Deputados, marcadas para a semana passada, foram adiadas para esta terça e quarta-feira. Os encontros têm por objetivo discutir um acordo para a votação das 19 medidas provisórias (MPs) e dos dois projetos com urgência constitucional que trancam a pauta.

Na terça (19), o presidente João Paulo Cunha reúne-se com os líderes da base aliada em um almoço na residência oficial da Presidência. O objetivo é discutir um consenso entre os partidos aliados, antes da reunião com os demais líderes. Na quarta, em outro almoço na residência oficial, João Paulo reúne-se com todos os líderes partidários para discutir um cronograma de votação das MPs e avaliar as divergências políticas e de mérito de cada partido em relação às matérias que serão votadas.

– Acho que há condição de fechar um acordo, e vamos trabalhar para isso – disse o presidente da Câmara.

De acordo com João Paulo, os problemas de quórum durante o período eleitoral são históricos e se agravaram com o acirramento de disputas partidárias em algumas cidades no segundo turno, onde 14 deputados disputam eleições.

Além das 19 MPs que estão trancando a pauta, tramitam na Câmara outras 13, incluindo a que libera o plantio de soja transgênica no país (MP 223/04), assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na quinta passada (14).

Após apreciar as medidas provisórias, os deputados devem se voltar para projetos importantes aprovados no Senado que agora tramitam naquela Casa, como a nova Lei de Falências e a Lei de Biossegurança.

Greve dos bancários pode ser discutida

Suspensa até que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) anuncie sua decisão sobre o impasse criado nas negociações entre patrões e empresários, a greve dos bancários poderá ser o tema de audiência pública que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) marcou para esta quarta-feira, às 11h. O requerimento de autoria da presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e do senador Paulo Paim (PT-SP) sugeriu reunir na comissão representantes do governo, dos bancários e das instituições financeiras para discutir possíveis caminhos de entendimento.

Lúcia Vânia admitiu o cancelamento da audiência pública caso uma solução seja encontrada antes de quarta-feira.

Reunião extraordinária da CAS está convocada também para quarta-feira, após a ordem do dia do Plenário, para apreciar pauta com um único item: o projeto de lei da Câmara 14/04, que trata de notificação obrigatória de todos os casos registrados de intoxicação causada pelos produtos agrotóxicos.

O relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), é favorável à aprovação.



Lúcia Vânia

Governo tenta votar a reforma do Judiciário



Aloizio Mercadante diz que é preciso garantir decisão antes da chegada de MPs

Os líderes do governo no Senado trabalham para que o Plenário possa realizar votações nesta semana. Em entrevista à Agência Senado, a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), disse que a intenção, apesar das dificuldades, é reunir quórum suficiente para votar os destaques à reforma do Judiciário, a partir da sessão deliberativa desta terça-feira, às 14h30, e até a quinta-feira.

Ideli conversou com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e decidiram procurar o presidente do Senado, José Sarney, em busca de apoio para o esforço de votações. Os dois líderes acreditam que é preciso aproveitar o fato de a pauta do Senado estar ainda desobstruída de medidas provisórias e aprovar os destaques. Votar emendas

da reforma do Judiciário, desde agosto na ordem do dia do Senado, exigirá articulação entre lideranças partidárias, já que a aprovação de emendas constitucionais exige votos favoráveis de, pelo menos, três quintos dos senadores (49).

Ideli admitiu que reunir quórum tão elevado, às vésperas do segundo turno das eleições, é tarefa complicada, até porque envolve a colaboração dos maiores partidos da oposição: o PSDB, que tem candidatos em 20 dos 44 municípios que fazem o pleito no dia 31 de outubro, e o PFL, legenda do relator da reforma, o senador José Jorge (PE).

A pauta de votações do Congresso também foi assunto de reunião entre Sarney e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, na sexta-feira passada.

Pauta inclui sete emendas à Constituição

Na votação do projeto da Lei de Biossegurança, há duas semanas, havia apenas 55 senadores na Casa e, na avaliação de José Jorge (PFL-PE), o quórum era muito inferior a isso na hora da votação. Só de seu partido ele prevê as ausências de pelo menos quatro senadores – o candidato à prefeitura de Salvador, César Borges (BA); o presidente nacional da legen-

da, Jorge Bornhausen (SC); o líder da bancada, José Agripino (RN); além dele próprio, todos empenhados na reta final do pleito.

Além dos destaques à reforma do Judiciário, que poderão ser incluídos na ordem do dia, o Plenário poderá apreciar outras sete propostas de emenda à Constituição (PEC), todas na fase de discussão em primeiro

turno, como é o caso de proposição de Eduardo Suplicy (PT-SP) que torna obrigatório o comparecimento do presidente da República na abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional. Outra emenda (PEC 22/00), do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), torna obrigatória a execução da programação orçamentária anual.

Indicação para diretor do Banco Central vai ao exame da CAE

A mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicando Rodrigo Telles da Silva Rocha Azevedo para o cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central é o único item da pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza nesta terça-feira, às 10h. A indicação (MSF 145/04) tem relatório favorável do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), vice-líder do governo, e foi encaminhada ao Senado em 19 de agosto, mas só agora será apreciada pela comissão por causa do período eleitoral, quando o Congresso Nacional reduziu o seu ritmo de atividades.

Rocha Azevedo será sabatinado pelos membros da CAE, que, a seguir, decidirão, em votação secreta, se acatam ou não a indicação do pre-



Comissão pretende realizar audiência pública sobre projeto das PPPs

sidente Lula, feita em substituição ao ex-diretor Luiz Augusto Candiota.

Rocha Azevedo vinha exercendo o cargo de diretor-executivo do Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston. Formado em Economia pela Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado na Universidade de Illinois (EUA), defendeu tese analisando a questão da volatilidade no mercado de ações no Brasil.

Após a discussão sobre o novo

diretor de Política Monetária do Banco Central, a CAE pretende realizar a primeira de duas audiências públicas para debater o projeto das parcerias público-privadas (PPPs) – PLC 10/04. Os convidados desta terça-feira são o chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Demian Fiocca; e o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Paulão Safady Simão.

Constituição e Justiça analisa 50 itens

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne nesta quarta-feira, às 10h. O presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), informou, por meio de sua assessoria, que a pauta tem 50 itens – dos quais 27 são projetos com decisão terminativa da CCJ. Entre os assuntos a serem analisados, está proposta (PLS 76/03) de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que pretende combater a chamada compra de votos nas campanhas eleitorais.

Projeto de Ramez Tebet (PMDB-MS) amplia para até 12 anos de reclusão as fraudes contra o sistema financeiro nacional (PLS 170/04), os cha-

mados crimes do "colarinho branco". Também pode ser apreciada proposta de Delcídio Amaral (PT-MS) para incluir no Código Penal dispositivo que tipifica como crime a iniciativa de tornar público fato da intimidade e da vida privada das pessoas, sem a devida autorização.

Primeiro item da pauta, requerimento de Ana Júlia Carepa (PT-PA) solicita informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, sobre empréstimo concedido pelo BNDES em 1998 ao Grupo Rede, para aquisição da Centrais Elétricas do Pará (Celpa).



Pauta da CCJ inclui 27 projetos com decisão terminativa

MEDIDAS PROVISÓRIAS Excesso de edições pelo governo obstrui os trabalhos do Senado e da Câmara

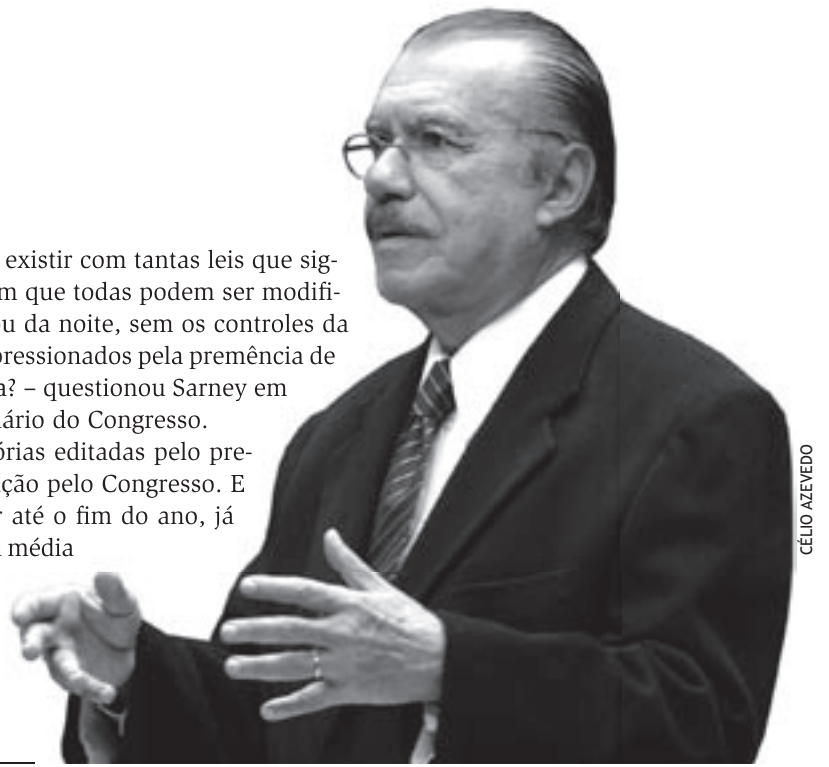
Congresso reage a "enxurrada" de MPs

O instituto da medida provisória (MP) tornou caótico o sistema legal. A afirmação feita pelo presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, na abertura dos trabalhos legislativos deste ano, antecipava a situação em que o Legislativo se encontra hoje: 19 MPs trancam a pauta da Câmara.

À medida que os deputados forem votando as MPs nos próximos dias, elas chegarão ao Senado impedindo que qualquer outra matéria, como a reforma do Judiciário ou as parcerias público-privadas (PPPs), seja votada. Nem mesmo as comissões podem examinar matérias terminativas, aquelas que não precisam passar pelo Plenário.

– Que Estado de direito pode existir com tantas leis que significam não ter lei nenhuma, em que todas podem ser modificadas a qualquer hora do dia ou da noite, sem os controles da elaboração legislativa, sempre pressionados pela premência de votação e trancamento de pauta? – questionou Sarney em fevereiro, sob aplausos do Plenário do Congresso.

Já são 32 as medidas provisórias editadas pelo presidente Lula pendentes de votação pelo Congresso. E esse número tende a aumentar até o fim do ano, já que o atual governo baixou uma média de 5,6 MPs por mês.



CÉLIO AZEVEDO

José Sarney, na abertura dos trabalhos legislativos deste ano, antecipava problemas com votações

"É muito difícil votar qualquer coisa aqui"

O trancamento da pauta das Casas do Congresso acaba aumentando o prazo de tramitação de outras proposições como propostas de emenda constitucional (PECs) e projetos de lei. Os destaques à PEC da reforma do Judiciário, por exemplo, estão prontos para votação desde junho.

– Eu sou relator da reforma do Judiciário e ficamos aqui sem poder votá-la porque, normalmente, a pauta está trancada. É muito difícil que se vote qualquer coisa aqui com tantas MPs. E todo dia tem MP – afirmou o senador José Jorge (PFL-PE), lembrando ainda que há acordo de lideranças pelo qual uma MP só deve ser votada pelo Senado três dias depois de sua chegada da Câmara.

Sem a aprovação definitiva da Lei de Biossegurança, o governo baixou nova medida provisória para regulamentar o plantio da soja transgênica, como ocorreu no ano passado. Essa MP também pode vir a trancar a pauta do Congresso e, mais uma vez, adiar a votação da legislação definitiva que envolve ainda a liberação da pesquisa com células-tronco.

– É culpa do Congresso se o Executivo, por falta da lei,



ROOSEVELT PINHEIRO

José Jorge lembra que votação da reforma do Judiciário é emperrada por medidas provisórias

vai gerindo, ano após ano, a comercialização da soja transgênica por meio de MPs? Nada atrapalha tanto a atividade legislativa quanto a enxurrada de MPs que este governo, mais que os anteriores, nos envia em catadupas – enfatizou o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

"Nada atrapalha tanto a atividade legislativa quanto a enxurrada que o governo envia"

Relator da proposta de emenda à Constituição que deu origem à nova regulamentação das MPs, o ex-senador José Fogaça revelou que só defendeu o texto aprovado por estar convencido de que seria "perfeitamente factível" fazer com que o Congresso votasse as MPs no prazo estabelecido, por meio de mecanismos regimentais. Não é isso que vem sendo observado, como previu Sarney no início do ano.

Câmara tem sete vezes mais tempo que o Senado para examinar matéria

Pelo fato de terem sua tramitação iniciada pela Câmara, as medidas provisórias (MPs) passam, em média, 60 dias naquela Casa e apenas oito dias em tramitação no Senado, segundo cálculo do senador José Jorge (PFL-PE). Pelas regras atuais, definidas pela Emenda Constitucional 32/01, as medidas provisórias não apreciadas até 45 dias após sua edição passam a obstruir as votações na Casa legislativa onde se encontram em tramitação. Ou seja, em geral, as MPs já

chegam ao Senado obstruindo as votações.

– A verdade é que aqui (no Senado) não estamos discutindo as MPs – observou José Jorge.

Quando relatou a PEC 32/01, o então senador José Fogaça advertiu que o Senado teria papel "homologatório" na análise das MPs. A previsão foi feita pelo fato de o senador só poder apresentar emendas até cinco dias depois da entrada em vigor da MP.

– Teremos aqui uma atuação bastante restrita, limitada. Eu

diria uma participação reduzida e, até certo ponto, de caráter meramente homologatório, quase que assinando embaixo o que vier a ser aprovado quanto às emendas pela Câmara – afirmou Fogaça em 2001.

Fogaça apostava no fortalecimento das comissões mistas. Sem elas, o ex-senador previa que a participação dos senadores na análise de MPs seria "fantasmagórica". Atualmente, as comissões mistas nem sequer chegam a ser constituídas.

Propostas buscam garantir análise nas comissões

Dois projetos de resolução do Congresso Nacional procuram fazer com que as comissões mistas funcionem efetivamente. O primeiro deles, do deputado licenciado Eduardo Campos, cria uma comissão mista permanente para exame das medidas provisórias. A outra, do deputado Roberto Freire (PPS-PE), define normas mais rígidas para a criação, instalação e funcionamento dessas comissões mistas.

Já o senador César Borges (PFL-BA) apresentou projeto de resolução do Congresso para que os senadores tenham um prazo específico para apresentação de emendas a projetos de lei de conversão (PLVs) aprovados

pela Câmara em substituição a medidas provisórias (MPs) editadas pelo Executivo. O projeto já tem o apoio do relator, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE).

Senadores querem apresentar emendas

Como a Câmara pode mudar substancialmente a MP original do Executivo, transformando-a em um projeto de lei de conversão, César Borges reclama um período de dois dias para apresentação de emendas ao PLV no Senado.

– A reabertura do prazo de emendas na Casa revisora do PLV contribuirá para o aperfeiço-



JOSÉ CRUZ

César Borges defende período de dois dias para apresentação de emendas ao PLV no Senado

amento da apreciação das MPs, ao retirar do relator a exclusividade quanto à apresentação de emendas a PLV – argumenta César Borges.



MOREIRA MARIZ

Ney Suassuna: Brasil é o único país presidencialista onde existe o instituto da medida provisória

MPs seriam parte de Constituição parlamentarista

O parlamentarismo foi escolhido como regime de governo para o Brasil até o penúltimo capítulo da Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Mas, na votação em Plenário, houve uma reviravolta que levou à aprovação do presidencialismo. Por essa razão, as medidas provisórias, instituto tipicamente parlamentarista, integram o presidencialismo brasileiro.

– A MP foi fruto de um erro por conta da expectativa da mudança para o sistema parlamentarista. Não mudamos e, o que é pior, fortalecemos o presidente,

dando a ele um poder incrível. O Brasil é o único país em que isso existe, porque cometemos um erro – analisa o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Na época presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, o então senador Bernardo Cabral defendeu a eliminação das MPs da Constituição. Para ele, a derrubada do parlamentarismo significava a queda das

medidas provisórias, estranhas ao presidencialismo. Mas o texto não foi mudado e as MPs sobreviveram.

"Os acontecimentos nos levaram a esse beco sem saída", disse José Fogaça

Em regimes parlamentaristas, especialmente de países europeus como França e Inglaterra, a rejeição de uma medida provisória leva à dissolução do Parlamento e à convocação de novas eleições, possibilidade que não existe no presidencialismo. É isso o que ocorre também na Constituição

italiana, cujo texto referente às medidas provisórias (provvedimenti provvisori) serviu como inspiração na Constituinte.

No parlamentarismo, é raro que um primeiro-ministro edite uma MP, preferindo os projetos de lei. Dessa forma, não há tanto conflito nas relações entre Executivo e Legislativo.

– Os acontecimentos nos levaram a esse beco sem saída, que é o das medidas provisórias – afirmou José Fogaça, relator da proposta que reformou os artigos referentes às medidas provisórias em 2001.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

19 trancam a pauta da Câmara

MP 192	Com a finalidade de aumentar as áreas disponíveis para assentar famílias, a MP modifica os critérios e prazos para pagamento dos Títulos da Dívida Agrária (TDA) usados na aquisição de imóveis destinados ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Porém, a bancada ruralista da Câmara pede que terras invadidas não sejam incluídas no programa.
MP 193	Autoriza o repasse de R\$ 900 milhões para estados e municípios, neste ano, para estimular as exportações. O valor será distribuído de acordo com coeficientes individualizados de participação nas exportações. Do total dos recursos destinados ao estado, 25% vão diretamente para os seus municípios. Os estados com maiores coeficientes de exportação são Pará (13,89%), Mato Grosso (9,39%) e Espírito Santo (9,27%).
MP 194	Abre crédito extraordinário de R\$ 900 milhões para atender à determinação da MP 193.
MP 195	Amplia para até 31 de outubro de 2006 o prazo para que os aparelhos de televisão comercializados no país contenham dispositivo eletrônico capaz de bloquear programas.
MP 196	Abre crédito extraordinário de R\$ 86 milhões para os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente.
MP 197	Cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq), que financia, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a compra de bens de capital, máquinas e equipamentos.
MP 198	Altera o cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (Gdata) para servidores do setor administrativo de diversos órgãos do Executivo. A MP também extingue a Gratificação de Incentivo à Docência (GID), substituindo-a pela Gratificação Específica de Atividade Docente de Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico (Gead).
MP 199	Cria a Gratificação Específica do Seguro Social (Gess) para os integrantes da Carreira do Seguro Social e da Carreira Previdenciária no valor de R\$ 184, inclusive para aposentados e pensionistas. A gratificação não serve de base de cálculo para outros benefícios.
MP 200	Inclui o parcelamento entre as modalidades de aquisição de moradia no âmbito do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). Implementado em 2001, o programa subsidia famílias com rendimento mensal de até R\$ 740 por meio de complementação de financiamento, despesas de contratação, administração, entre outros.
MP 201	Reajusta em 39,67% os benefícios previdenciários, concedidos a partir de fevereiro de 1994, de aposentados e pensionistas que aderiram ao Termo de Acordo ou Termo de Transação Judicial com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O total de beneficiários pode chegar a 1,88 milhão e, com o acordo, o passivo da dívida chega a R\$ 12,33 bilhões. A correção dos benefícios custará R\$ 2,3 bilhões por ano.
MP 202	Cria abono de R\$ 100 a ser descontado da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física nos meses de agosto a dezembro, inclusive sobre o 13º salário. Esse valor também poderá ser deduzido nos cálculos do imposto na declaração de ajuste anual. A medida beneficia quem tem renda pouco acima da faixa de isenção, que, na prática, vai ser aumentada de R\$ 1.050 para R\$ 1.158. A MP também reduz a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre produtos vendidos à Zona Franca de Manaus (ZFM).
MP 203	Aumenta de dez para 28 o número de integrantes do Conselho Federal de Medicina. 27 representarão os estados e o Distrito Federal, e um a Associação Médica Brasileira.
MP 204	Autoriza o governo a doar medicamentos ao Paraguai para atender as vítimas do incêndio ocorrido em um supermercado da periferia de Assunção em 1º de agosto de 2004.
MP 205	Autoriza o governo a compensar o Banco do Brasil pelas taxas de juros praticadas em operações de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste feitas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.
MP 206	Altera a tributação de investimentos financeiros para promover a ampliação do prazo de investimento em títulos da dívida pública interna e cria o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) para possibilitar a modernização dos portos por meio da suspensão dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados e das Contribuições do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre máquinas e equipamentos.
MP 207	Concede <i>status</i> de ministro ao presidente do Banco Central para estender ao cargo a prerrogativa de ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal. A MP também permite o porte de arma aos funcionários da segurança do BC.
MP 208	Aumenta os valores da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) devida aos professores das instituições federais de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação. A gratificação vai de R\$ 364 a R\$ 3,46 mil.
MP 209	Estabelece novas regras tributárias para os fundos de pensão constituídos a partir de 1º de janeiro de 2005. A MP define alíquotas de Imposto de Renda decrescentes de acordo com o tempo de aplicação nesses fundos.
MP 210	Altera planos de carreira do Executivo, da área de Ciência e Tecnologia, do Banco do Brasil, da Agência Nacional de Águas e das Agências Reguladoras. Modifica também artigos do Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis.



Emenda constitucional que mudou exame de MPS não cumpriu objetivos, avalia Tebet



Hélio Costa propõe que Mesa do Congresso decida sobre real urgência e relevância



Tourinho sugere remeter à lei complementar a definição dos pressupostos de urgência

Senadores pedem limite de edições ou extinção

Passados três anos da nova sistemática de exame de medidas provisórias (MPs), definida pela Emenda Constitucional 32, de setembro de 2001, senadores que acreditavam que haveria redução no número de MPs fazem hoje outra análise. A quantidade de MPs editadas sob as novas regras nos governos de Fernando Henrique Cardoso (102) e de Luiz Inácio Lula da Silva (120) não confirma as previsões e agora há propostas de extinção das MPs.

Primeiro presidente do Congresso após a mudança na sistemática de análise das MPs, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) avalia que a emenda constitucional não atingiu seus objetivos.

– Teremos que modificar as regras. Não posso deixar de apontar a culpa do Congresso, que

não tem avaliado requisitos de urgência e relevância da forma como deveria – observa Tebet.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o início do exame das medidas provisórias entre as duas Casas do Congresso, do senador José Jorge (PFL-PE), foi aprovada pelo Senado em novembro de 2003. Atualmente, a tramitação de todas as MPs começa na Câmara. Porém, o próprio autor da emenda já considera a extinção das MPs a melhor solução.

– A PEC agilizará o processo. Mas acho que sou favorável à extinção das MPs. Depois, então, faríamos nova regra para definir, por exemplo, uma quantidade máxima por ano, que forçasse o governo a escolher as urgentes e relevantes – afirma José Jorge.

Relator da PEC que deu origem

à Emenda Constitucional 32/02, o senador Osmar Dias (PDT-PR) lembra que emenda de sua autoria que determinava que metade das MPs tivesse sua tramitação iniciada na Câmara e metade no Senado foi derrotada em 2001. Mas, desde então, ele também reviu sua opinião.

– Eu pensava que deveríamos ter MPs, mas, como há o abuso, hoje defendo a extinção do instituto – declarou Osmar Dias.

A definição de urgência e relevância é tema das PECs dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relatadas por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Costa propõe que a Mesa do Congresso decida sobre a real urgência e relevância da MP e Tourinho remete à lei complementar a definição dos pressupostos de urgência.

Papaléo prevê resistência do Executivo a mudanças

Na apresentação em Plenário da PEC de sua autoria que extingue as MPs, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) recebeu apoio efusivo de diversos colegas. A emenda se soma a outra com o mesmo objetivo, em tramitação na Câmara, subscrita por 172 deputados.

– A extinção das MPs é a solução para restabelecer o equilíbrio entre o Legislativo e o Executivo – analisou Papaléo.

Mesmo com manifestações favoráveis recebidas em Plenário dos senadores Hélio Costa, Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), Mão Santa (PMDB-PI), Jefferson Péres (PDT-AM), Augusto Botelho (PDT-RR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Papaléo



Papaléo: a extinção das MPs restabelecerá o equilíbrio entre Legislativo e Executivo

não prevê facilidade na aprovação da proposta.

– A máquina do Executivo tem muito poder. A conduta do governo na edição indiscriminada de MPs sinaliza que ele quer esse instrumento para fazer o que bem quiser – declarou.

O vice-líder do governo, Ney Suassuna (PMDB-PB), propõe que seja promovido grande



Jefferson Péres conclama os senadores a reagir ao abuso de medidas provisórias

diálogo, com a participação do Executivo, para definir um uso mais equilibrado das MPs.

– O governo não vai abrir mão facilmente desse poder que adquiriu. Não é um diálogo fácil, mas é necessário para o fortalecimento do Congresso que encontremos um caminho que sirva ao Executivo e ao Legislativo – afirmou Suassuna.

Jefferson: Congresso deve voltar a legislar

Um dos mais contundentes críticos das medidas provisórias, o senador Jefferson Péres conclama os colegas reiteradamente para que o Congresso retome sua prerrogativa de legislar. Somente assim, diz, o país será efetivamente uma República, “que foi proclamada, mas não foi instaurada”.

– Não culpo o governo pelo abuso de medidas provisórias. Considero até natural que um chefe do Executivo queira legislar, queira ao mesmo tempo exercer os dois Poderes. Trata-se de um impulso natural. Mas não me conformo com o fato de o Legislativo aceitar isso. A reação teria que vir de nós

– declarou Jefferson.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também pede a ação dos parlamentares contra as MPs.

– É preciso que o Congresso adote uma postura de maior rigor em relação ao comportamento autoritário do governo. As MPs afrontam a Constituição – critica Alvaro.

As medidas provisórias devem ser extintas?

Elas provocam polêmica desde que foram incorporadas à legislação brasileira, em 1988. Os que as amaldiçoam não cansam de lembrar que o Brasil é o único país presidencialista que conta com um instrumento do gênero. Seus defensores destacam a necessidade de dar ao

Executivo um recurso que lhe permita oferecer resposta a questões relevantes com a urgência necessária.

Nesses pólos opostos, encontram-se os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Ney Suassuna (PMDB-PB). Para Jefferson, as medidas provisórias (MPs) colocam a

democracia em risco, impedem que o Congresso funcione e criam insegurança jurídica para os investidores. Suassuna discorda. Na sua opinião, o real problema é que nem sempre são observados os critérios constitucionais de relevância e urgência que toda MP deveria obedecer.



JEFFERSON PÉRES

"Riscar as medidas provisórias do mapa seria uma boa meta na busca de segurança jurisdicional"

"O processo legislativo muitas vezes precisa ser acelerado pelos mecanismos de que dispomos. A MP é um deles"



NEY SUASSUNA

SIM

Com o presidencialismo na Carta de 1988, pariu-se um monstro

O instituto da medida provisória foi introduzido no país durante o processo de elaboração de uma Constituição que parecia fadada a instituir o Parlamentarismo. No entanto, como a Carta de 1988 confirmou o Presidencialismo, pariu-se um monstro, com o aumento desmedido das prerrogativas de um Poder Executivo já hipertrofiado.

No sistema de governo vigente no Brasil, as MPs são nefastas em todos os aspectos. Em primeiro lugar, constituem obstáculo ao Estado democrático de direito. Na prática, transferem do Legislativo para o Executivo a função de legislar.

Vale lembrar que ao presidente dos EUA nem sequer cabe a iniciativa de proposição de lei. Ele pode, no máximo, divulgar a chamada *presidential proclamation* (proclamação presidencial), na qual manifesta seu entendimento a respeito de temas que considera pertinentes. A competência de apresentar – ou não – o projeto de lei é dos líderes do governo no Congresso.

Assim se dão as coisas no vigoroso presidencialismo norte-americano. Entre nós, a norma concebida imperialmente pelos alquimistas do Palácio do Planalto entra em vigor no dia seguinte, mediante a mera publicação no *Diário Oficial da União*.

Em segundo lugar, a farra das medidas provisórias inviabiliza o funcionamento do Congresso. Com a pauta permanentemente congestionada, gera-se um quadro de paralisia que impede os congressistas não apenas de legislar como, sobretudo, de cumprir a sua missão de fiscalizar o Executivo.

Finalmente, as MPs contribuem para tornar o marco regulatório mais

instável. Ora, se a regra pode mudar a qualquer tempo, por simples vontade do presidente da República, que segurança podem ter aqueles que pretendem investir ou quem depende desses investimentos para ter renda e emprego? Ou seja, o mostrengo autoritário incluído na Carta é desastroso também do ponto de vista econômico.

"A farra das MPs inviabiliza o funcionamento do Congresso Nacional"

A questão é crucial. Diz Freud que "cada época produz seus sintomas". Até a década passada, por exemplo, o grande desafio nacional era superar a hiperinflação. Hoje, a busca de segurança jurisdicional deve ser uma das principais bandeiras das forças comprometidas com a democracia e o progresso social.

Riscar as MPs do mapa seria uma boa meta nessa direção. Os senadores podem dar o primeiro passo recusando-se a admitir as medidas provisórias que não atendam aos pressupostos constitucionais de "relevância e urgência".



NÃO

Obstrução da pauta do Congresso também não interessa ao Executivo

A medida provisória é um instrumento legítimo, previsto na Constituição federal, para ser utilizado pelo presidente da República em casos de matérias de relevância e urgência que necessitem ter uma lei que as regule. O problema é que nosso país – até pela sua dimensão geográfica e pelos graves problemas sociais que enfrenta – requer a adoção de providências imediatas e, por ser lento, o processo legislativo muitas vezes precisa ser acelerado pelos mecanismos de que dispomos. A MP é um deles.

A questão, no entanto, não é se a medida provisória deve ser ou não extinta, mas verificar se os critérios de relevância e urgência estabelecidos pelo artigo 62 da Constituição federal estão sendo observados pelo Executivo

no momento da edição de uma MP. Esse talvez seja o grande debate a ser travado atualmente entre o Legislativo e o Executivo.

O que temos percebido, desde que foi instituído esse instrumento, é que nem sempre a urgência e a relevância dos assuntos têm sido levadas em consideração.

É importante que se diga que já houve um avanço muito grande em relação aos critérios para a edição de MPs. As mudanças aprovadas pelo Congresso Nacional, entre as quais a que restringe a reedição de uma mesma medida provisória, foi ponto fundamental para que o processo começasse a ser revisto dentro do próprio Executivo.

Lembro-me de que algumas medidas provisórias chegavam a fazer aniversário sem que o Congresso Nacional sequer as tivesse colocado em pauta. Várias vezes, eu mesmo trouxe para o cafezinho do Senado tortas para comemorar o aniversário de uma MP. A que criou o real, por exemplo, chegou a tramitar por quase oito anos, tendo mais de 70 reedições, um verdadeiro absurdo.

O fato de uma medida provisória não votada trancar a pauta do Congresso, embora venha provocando alguns entraves no processo legislativo, também tem sido uma forma de limitar a edição de novas MPs pelo Executivo. Afinal, o congestionamento da pauta não interessa ao governo, que pretende ver aprovados outros projetos de fundamental importância para o país.

Entretanto, não podemos esquecer que há situações em que somente por meio dessas MPs é possível resolver alguns impasses. Como é o caso da mais recente MP assinada pelo presidente Lula, autorizando o plantio da soja transgênica.

"Há impasses que só é possível resolver por meio de medida provisória"

ENERGIA Brasil prepara a substituição de parte do diesel por óleo vegetal, retirado de mamona, soja e dendê

Contra a poluição, o biodiesel vem aí

No momento em que o preço do petróleo bate recordes sucessivos no mercado internacional e quase trinta anos depois de lançado o Programa Nacional do Álcool, está chegando novo programa de energia alternativa do Brasil. É o biodiesel – produzido a partir do óleo vegetal, retirado da mamona, da soja e até do dendê, com a vantagem de lançar menos poluentes pelas descargas dos veículos –, que pretende substituir parte do óleo diesel usado para mover caminhões e ônibus.

Novembro será um marco para o novo projeto brasileiro, quando o governo deve colocar na legislação que o óleo diesel proveniente do petróleo poderá receber até 2% de biodiesel. A idéia é tornar a mistura obrigatória já em 2006, aumentando gradativamente o percentual, à medida que houver produção. Tecnicamente, qualquer óleo vegetal processado industrialmente pode movimentar veículos a diesel, mas o governo não pretende adicionar, por enquanto, percentual superior a 5%.

Nas próximas semanas, os senadores devem apreciar a Medida Provisória 214/04, que modifica a Lei do Petróleo, mencionando

o biodiesel pela primeira vez na legislação brasileira. A MP já está pronta para apreciação dos deputados, seguindo depois para votação no Senado. Ao mesmo tempo, a Câmara está discutindo um projeto dos deputados Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e Ariosto Holanda (PSDB-CE). Eles se anteciparam ao governo e apresentaram projeto determinando que a mistura de 2% de biodiesel seja obrigatória já no próximo ano, e não apenas autorizativa.

Experimentos demonstram a viabilidade

O novo programa brasileiro está se viabilizando por dois fortes motivos: poderá gerar milhões de empregos no semi-árido do Nordeste, no plantio de mamona, e reduzir a importação de diesel de petróleo, que hoje fica próxima de 6 bilhões de litros, dos 38 bilhões consumidos anualmente. O Brasil gasta cerca de US\$ 1 bilhão nessa compra externa de diesel.

A autorização para a mistura do biodiesel ao óleo oriundo do petróleo é mais



A Universidade Federal do Piauí inaugurou no último dia 28 a Usina-Escola de Biodiesel

um passo numa caminhada que começou em outubro de 2002, quando o Ministério da Ciência e Tecnologia criou e passou a comandar o Programa Brasileiro de Biocombustíveis – Probiodiesel. Foi montado um projeto de trabalho envolvendo vários ministérios, a Embrapa, centros de pesquisas de universidades e empresários. Resultado: já existem no país vários experimentos de produção de biodiesel, a Petrobras pesquisou e apontou a viabilidade

técnica do “óleo verde”, como é chamado, o Ministério da Fazenda estuda a redução ou o fim dos impostos e vários grupos já têm engatilhados projetos de industrialização.

O custo da produção ainda é um gargalo

O maior gargalo do biodiesel é o alto preço dos óleos vegetais, superior ao valor do diesel de petróleo.

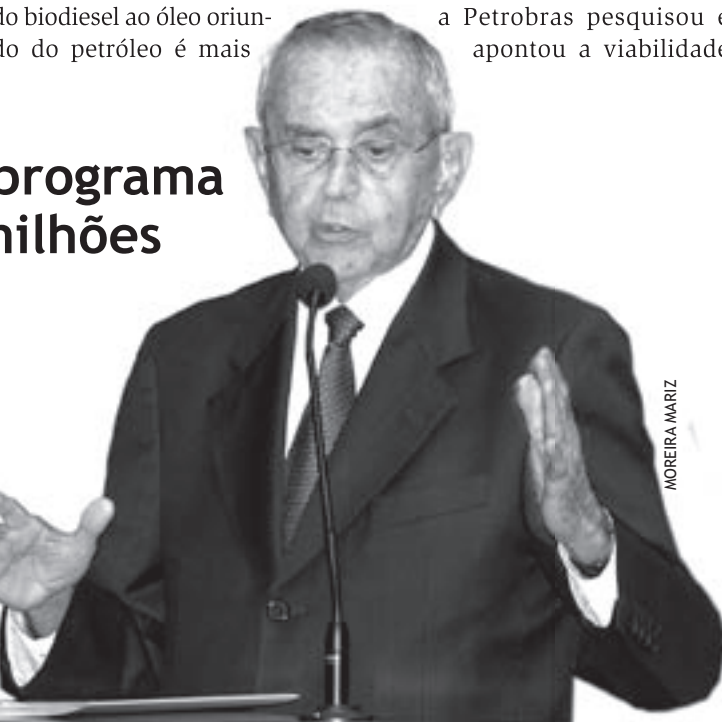
O diesel é vendido nos postos por valores próximos a R\$ 1,50 o litro, enquanto o biodiesel dificilmente terá preço inferior a R\$ 2 para as distribuidoras de combustíveis. Dessa forma, mesmo com a redução de impostos, o biodiesel deverá ser subsidiado pelos usuários de diesel – numa mistura de 2% esse subsídio será pequeno, especialmente comparando-se com a quantidade de empregos que serão criados no semi-árido do Nordeste (plantio de mamona) ou nos cerrados do país (soja).

Alberto Silva: programa dará renda a milhões de sertanejos

Entusiasta do biodiesel e que lutou nos últimos anos para provar que a mamoneira é uma planta ideal para o semi-árido nordestino, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) sustenta que o biodiesel dará renda “a milhões de sertanejos” que enfrentam os seguidos dramas das estiagens.

– Só no Piauí, pelo menos 200 mil famílias podem se dedicar à mamona para fabricação do biodiesel. No Ceará, mais de 1 milhão de famílias. Em todo o Brasil, talvez 5 milhões de famílias poderão se beneficiar – afirma Alberto Silva.

O senador tem na cabeça o projeto ideal e pondera que deve haver um zoneamento para o plantio de mamoneira. As terras argilosas, onde quase não há infiltração das águas de chuvas, têm de ser evitadas.



Cada família deve receber três hectares dessas áreas propícias, plantando em dois deles mamoneira consorciada com feijão. No terceiro, haveria o plantio de algodão.

– Nada de desperdício de glebas de assentamento com 40 hectares. Uma família só consegue cultivar três hectares de mamona, feijão e algodão. Os cachos da mamoneira não amadurecem de uma vez e a colheita dura uns oito meses. É trabalho diário para uma família

– recomenda.

Alberto Silva calcula que a produção de mamona oferecerá nessa área uma renda anual de pelo menos R\$ 1.600, enquanto o feijão acrescentará outros R\$ 1.500. Com a colheita do algodão, essa família assentada em três hectares poderá obter uma renda total que poderá passar dos R\$ 7 mil. “Para quem vive hoje a angústia de enfrentar secas e até passar fome, uma renda mensal de R\$ 600 é quase um milagre”, pondera.

Expectativa de retorno ao Nordeste

As idéias de Alberto Silva não param por aí e ele prevê ainda que os sertanejos poderão ter renda adicional com a produção de adubo orgânico a partir da moagem dos pés de mamona, que têm de ser cortados anualmente. Essas famílias formariam uma associação, obtendo financiamento para instalação de um conjunto de extração do óleo e fabricação do adubo.

Tudo isso, conforme o sena-

dor, só se tornará viável se o governo subsidiar o biodiesel. “Sem subsídio, não haverá produção de biodiesel. Hoje, o preço de mercado do litro do óleo de mamona simples é de R\$ 2,50. Só com o subsídio o óleo será industrializado e poderá ser misturado ao diesel de petróleo”, alerta. Esse subsídio, no entanto, “será ínfimo para a Petrobras”, pois a mistura será de apenas 2%.

– O custo ficará diluído no preço final do combustível e o governo estará segurando no sertão nordestino milhões de pessoas que poderiam migrar para as periferias das grandes cidades, onde não há emprego. Muitos ex-pequenos agricultores que foram para São Paulo e outras cidades com certeza voltarão para se dedicar ao plantio de mamona, feijão e algodão – acredita Alberto Silva.

Alemães saem na frente com o óleo de canola

Na corrida mundial pela substituição de derivados de petróleo por “combustíveis verdes”, os alemães saíram na frente e já têm uma grande rede de postos que oferecem o biodiesel puro, feito com o óleo da colza (canola).

O segundo maior produtor é a França, que já mistura 5% de biodiesel ao óleo de origem petrolífera. Nos Estados Unidos, vários estados estão adotando legislações que permitem a mistura. Depois do Protocolo de Kyoto, cada signatário procura

reduzir sua emissão de poluentes no ar, o que poderá retardar o chamado efeito estufa da Terra – os Estados Unidos se recusam a assiná-lo.

Testes realizados pelo grupo PSA Peugeot Citroën e Ladetel, em parceria com a Universidade de São Paulo, mostraram que

chegou a 16% a redução de gases poluentes de uma mistura de 30% de biodiesel e 70% de diesel de petróleo.

Pode-se fabricar o biodiesel a partir de todo óleo de origem vegetal. A mamona é recomendada por causa do seu elevado teor de óleo, próximo de 45%, enquanto a semente de girassol contém cerca de 40% e a soja perto de 25%.

Alguns grupos empresariais estão prontos para a industrialização do biodiesel no país, no Nordeste, no

Centro-Oeste e na Amazônia. A Petrobras participa de várias empresas que se dedicam ao biodiesel, uma delas no Rio grande do Norte, numa área de 3 mil hectares e 2 mil famílias escolhidas para trabalhar no plantio. No Pará, pesquisa-se a produção de biodiesel de dendê.

Uma fonte de vantagens

- ✓ É uma fonte renovável de energia.
- ✓ Reduz significativamente as emissões poluentes. É isento de enxofre. Na forma pura, reduz em até 78% as emissões de gás carbônico (CO₂) e em 90% o lançamento de fumaça no ar, comparando-se com o diesel petrolífero.
- ✓ Com a mistura de 2%, 1,8 milhão de toneladas de CO₂ deixariam de ser lançadas na atmosfera.
- ✓ Contribui para a redução da dependência externa de petróleo. A mistura de 2% de biodiesel ao diesel petrolífero reduzirá em cerca de US\$ 500 milhões o gasto com importação desse combustível.
- ✓ É produzido de qualquer óleo vegetal. Até óleos de frituras podem ser usados.
- ✓ Cada hectare plantado com mamoneira dá emprego a uma pessoa e cerca de 500 litros de biodiesel. Na mesma área, em consórcio, pode-se produzir até mil quilos de feijão.

PLENÁRIO

Parlamentares cobram execução de emendas

A oposição articula-se para cobrar do governo o cumprimento das emendas parlamentares ao Orçamento federal deste ano, principalmente as que se referem a investimentos. Vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento, o senador Efraim Morais (PFL-PB) anunciou à Agência Senado que os oposicionistas vão redobrar a fiscalização sobre a execução orçamentária depois do segundo turno das eleições municipais.

A resposta do lado do governo considera até positiva a atitude dos oposicionistas. "O governo quer cumprir o Orçamento, atingindo 100% do que foi orçado", afirmou a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC). O empenho da administração do presidente Lula é, segundo ela, mostrar que a lei orçamentária "é para valer" e deixou de ser uma peça de ficção.

– Como poderemos ter um orçamento impositivo antes de termos um orçamento realista? – questionou Ideli, referindo-se



Efraim faz as contas e afirma que os investimentos são insignificantes

à proposta de emenda à Constituição (PEC 22/00) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O que ensejou esse debate foi a recente declaração do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, de que a execução orçamentária de 2004 está em "velocidade de cruzreiro", com a liquidação de 58,4% dos recursos de custeio e investimento (R\$ 36,79 bilhões) do limite autorizado este ano, de R\$

63 bilhões. Na comparação com 2002, outro ano eleitoral, a execução no mesmo período havia atingido 45,61% (R\$ 23,4 bilhões) do teto autorizado de R\$ 51,3 bilhões para todo o exercício.

Para Efraim, a execução está sendo cumprida na parte do custeio, mas encontra-se lenta e fora do previsto quando se trata de investi-

– O investimento é insignificante. É só verificar o que está acontecendo com os recursos para as estradas federais – alertou, mencionando o recente levantamento da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que concluiu que 74,7% da malha rodoviária brasileira (estradas federais e estaduais) está comprometida, variando entre condições péssimas (14,6%), ruins (23,7%) e deficientes (36,4%).

Governo atribui morosidade a exigências legais

Os governistas admitem que a liberação de recursos para investimentos é lenta porque o processo requer assinatura de convênios e envolve uma série de documentos e exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Mesmo assim, segundo a líder do PT, Ideli Salvatti, o desempenho está melhor do que no ano eleitoral de 2002, quando os repasses aos governos estaduais e municipais para obras novas também foram interrompidos três meses antes das eleições, como determina a legislação.

Outro empecilho, na avaliação de Ideli, é o próprio comportamento da oposição, que obstruiu no último esforço concentrado de setembro a votação dos créditos suplementares e especiais que estavam na pauta da sessão do Congresso. Isso, continuou, obrigou o presidente Lula a editar medida provisória



Para Ideli, obstrução no esforço concentrado atrasou liberação de recursos

para atender a liberação de recursos emergenciais.

A senadora afirmou que muitas ações incluídas nos créditos suplementares e especiais ficaram fora da MP, que possui um caráter de atendimento emergencial. Ela citou, por exemplo, o que ocorreu com Santa Catarina, que não pôde receber R\$

37,4 milhões para a duplicação das duas principais rodovias federais que atravessam aquele estado, a BR-101 e a BR-376, porque os recursos estavam previstos em projeto de lei não votado pelo Congresso.

Ideli esclareceu, ainda, que houve prioridade para quitação dos restos a pagar de recursos empenhados em orçamentos anteriores, outro fator que reduziu a liberação dos investimentos deste ano. "Nenhuma empreiteira aceitou a realização de obras este ano sem a quitação das pendências de exercícios anteriores", afirmou.

Foi o caso, por exemplo, da empreiteira que está tocando obras no porto de Laguna (SC). A senadora contou que havia R\$ 12 milhões orçados para as obras este ano, mas que a empresa exigiu que antes fossem pagos R\$ 1,2 milhão devidos desde 2002.

Simon: país deve ter alternativa ao petróleo

A nova crise do petróleo levou o senador Pedro Simon (PMDB-RS) a alertar o governo para a importância de se contemplarem fontes alternativas de energia, como álcool, biodiesel e carvão, no modelo de energia. Ele teme reflexos negativos no país das altas recordes do preço do barril no mercado internacional.

Simon advertiu a Petrobras para a necessidade de preservar e aumentar as reservas petrolíferas do país, atualmente estimadas em 9,8 bilhões de barris. Para ele, somente com o incremento da produção e a utilização de fontes alternativas de energia o país poderá economizar o com-

bustível de fonte fóssil e enfrentar novas crises.

Simon lembrou que o Brasil é precursor de um programa inédito de combustível oriundo de fonte não fóssil e limpa, o Proálcool. Ele sugeriu que o Ministério de Minas e Energia amplie experiências nas fontes eólicas em fase de implantação no Rio Grande do Sul, que possui duas usinas sustentadas por capital alemão e espanhol.



Simon lembra que Brasil é precursor na pesquisa de fontes alternativas

O senador sugeriu ainda que o carvão das reservas gaúchas também seja utilizado para suprir o país de energia elétrica em momentos de crises, conforme ocorreu quando o país enfrentou "apagões".

– Temos reservas para suprir o país por 140 anos, na maior jazida nacional, Candiota – assegurou o senador, referindo-se ao potencial de carvão a ser explorado nas minas de Candiota e Jacuí (RS).

Raupp exige do Ibama licença a gasoduto

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente



ROOSEVELT PINHEIRO

e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a concessão de licença para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Ele argumentou, em pronunciamento no Plenário, sexta-feira (15), que a obra trará desenvolvimento e empregos, reduzirá a poluição decorrente da emissão de combustíveis fósseis, utilizados atualmente nas termelétricas, e poderá diminuir o valor das contas cobradas do consumidor.

– Exigimos atitude firme do governo federal. Trata-se de omissão inaceitável – disse.

De acordo com o senador, os problemas para a construção da obra arrastam-se desde março de 2001, quando a Petrobras entregou ao Ibama o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto ao Meio

Ambiente (Rima), indicando minimização dos riscos ao ambiente e evidenciando que comunidades indígenas não seriam afetadas.

Mas o Ministério Público do Amazonas, continuou ele, exigiu complementação do EIA-Rima, suspendendo a licença prévia concedida pelo Ibama em outubro de 2002. O MP, entretanto, informou Raupp, concordou em encerrar a pendência jurídica após acordo com a Petrobras que prevê investimento de cerca de US\$ 3,3 milhões em um programa de desenvolvimento sustentável para a região próxima ao gasoduto.

– A situação, contudo, continua paralisada – lastimou Raupp, manifestando indignação pelo episódio.

Jucá pede aumento de fundo para municípios

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ao presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, que coloque em votação a proposta de emenda à Constituição (PEC 255/04) que eleva em 1% os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo ele, sem esse aumento, vários municípios, principalmente os mais pobres e que dependem do dinheiro do fundo, não conseguirão pagar sequer o 13º salário aos servidores públicos.

A proposta que eleva o FPM – que, conforme Romero Jucá, faz parte de acordo suprapartidário

dentro da reforma tributária, já aprovada pelo Senado – trará benefícios a milhares de municípios em dificuldade financeira. Por isso, o senador conclamou os prefeitos a virem a Brasília com a finalidade de pressionar a Câmara para aprovar o projeto no mês de novembro.

Jucá também pediu a transcrição nos Anais da Casa da matéria do jornalista Ribamar Rocha, publicada no jornal *Folha de Boa Vista*, a qual adverte ser necessário que o Brasil reconheça "que o município é a base de tudo no que diz respeito ao bem-estar social".

Crivella lança frente em defesa do pleno emprego

"Somente combatendo o desemprego se conseguirá atacar a crise social sem precedentes em que vive o Brasil", afirmou o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), ao anunciar, em Plenário, a criação da Frente Parlamentar por uma Política de



Crivella culpa a política econômica oficial pelo aumento do desemprego

Pleno Emprego. A existência de 22 milhões de desempregados no país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), torna o emprego a maior necessidade dos brasileiros, conforme o senador.

Essa situação, de acordo com Crivella, "tem como pano de fundo a política econômica desastrosa do governo Lula". Ele conclamou a sociedade a pressionar por mudanças que baixem as taxas de juros e o superávit primário – condi-

ções, segundo afirmou, necessárias à retomada dos investimentos do governo.

O senador disse que teve oportunidade, durante a campanha eleitoral, de visitar centenas de áreas carentes do Rio de Janeiro, tendo ficado estarelecido com os

agudos problemas sociais que presenciou: miséria, narcotráfico, crime organizado, falta de hospitais, escolas e saneamento básico e jovens sem esperança de emprego sendo cooptados por traficantes.

Para Crivella, somente uma política de pleno emprego pode reverter esse quadro com celeridade. Em apartes, os senadores Paulo Octávio (PFL-DF) e Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiaram a idéia da adoção de uma política de pleno emprego.

PLENÁRIO

Dívidas impedem investimentos de estados e municípios, alerta Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou ao governo federal para que aponte alternativas de forma a melhorar a situação de estados e municípios, segundo ele totalmente endividados e sem investimentos. O senador informou que vai propor que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) relative a Subcomissão da Dívida Pública para que o Senado dê continuidade à discussão desse tema. Suassuna afirmou ainda que o governo Lula obteve ótimos índices econômicos, mas precisa dar maior atenção aos

investimentos.

De acordo com o senador, até em estados considerados ricos, como São Paulo e Bahia, o endividamento não permite que eles tenham recursos para investir. Para o senador, caso o governo não tome providências urgentes, não terá sentido falar em estados federados.

O parlamentar destacou que a situação de seu estado é lamentável. Segundo observou, com o que o estado arrecada não sobra nada para investir em estrada, policiamento e equipamentos públicos, por exemplo.

Lobão destaca interesse chinês no projeto das PPPs

O interesse dos chineses em investir no setor de infra-estrutura do Brasil, por meio das parcerias público-privadas (PPPs), que se acham em fase de regulamentação, foi destacado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), ao comentar a recente visita de uma delegação comercial chefiada pelo vice-ministro do Comércio da China, Gao Hucheng.



Jucá pede verbas para recuperar rodovia em Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, a liberação de recursos para que possa ser iniciada operação tapa-buracos na BR-174, que liga o Amazonas à fronteira com a Venezuela, cortando todo o estado de Roraima. Ele informou que relatório elaborado pelo 5º Distrito da Polícia Rodoviária Federal constatou as péssimas condições de trafegabilidade da estrada.

Efraim cobra ajuda do governo para empresas aéreas

Ao comentar as dificuldades das companhias aéreas do país, Efraim Morais (PFL-PB) cobrou do governo providências para evitar que empresas como a Vasp e a Varig sejam obrigadas a encerrar suas atividades. Ele defendeu o fortalecimento do setor, sob pena de prejuízos para a economia, desemprego de milhares de trabalhadores e abertura do mercado para conglomerados internacionais.

Plenário aprova voto de pesar pela morte do escritor Fernando Sabino

O Senado aprovou na última quarta-feira requerimento de voto de pesar pela morte do escritor Fernando Sabino, apresentado pelo senador Marco Maciel (PFL-PE). A manifestação será enviada à família e ao governador Aécio Neves, de Minas

Gerais, onde Sabino nasceu. Maciel lembrou que o escritor vendeu cerca de 3 milhões de livros, "o que é muito significativo no Brasil", e ressaltou que o homenageado não foi apenas ótimo romancista, mas também excelente cronista e novelista.

Sibá defende reforma política

O senador Sibá Machado (PT-AC) alertou para a necessidade de o Brasil promover uma reforma política, com a alteração de várias normas vigentes, como o financiamento de campanhas, a possibilidade de reeleição para o Executivo e a não-coincidência das eleições.

Sobre o financiamento de campanhas, ele disse que, enquanto não houver igualdade de condições para divulgar plataformas eleitorais, haverá

sempre no Congresso "uma plutocracia, um poder regado pelo favoritismo financeiro, embora nas últimas legislaturas tenha aumentado o número de representantes que fogem a essa regra".

Sibá observou que a experiência da reeleição para o Executivo "exibiu à sociedade um espetáculo triste de uso abusivo



Sibá apóia recursos públicos na campanha

da máquina pública".

O senador afirmou que a coincidência dos mandatos, mediante unificação dos pleitos, melhoraria as condições de governabilidade.

Paulo Octávio vê chance de aprovação de sua proposta

Autor de proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece coincidência dos mandatos dos diversos cargos eletivos, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que a matéria deve ser tratada com prioridade na reforma política. Segundo o parlamentar, a medida por ele sugerida simplifica e barateia o processo eleitoral e dá mais eficiência à administração pública.

Paulo Octávio esclareceu que renovava a defesa da PEC em razão de discurso proferido pouco antes pelo senador Sibá Machado (PT-AP). Este

previu dificuldades no exame da proposta, uma vez que abarcaria muitos temas, como a coincidência e a duração dos mandatos e a reeleição.

O senador está mal informado. A PEC foi mudada na Câmara dos Deputados e o texto atual só trata da coincidência dos mandatos – disse.

Segundo Paulo Octávio, a sua proposta tem boas chances de aprovação, se for votada logo. É que, em sua opinião, os parlamentares ainda estariam impressionados com os gastos excessivos decorrentes das eleições municipais.

Heráclito contesta vitória do PT nas últimas eleições

Heráclito Fortes (PFL-PI) comparou o resultado obtido pelo governo e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais deste ano com a derrota do governo militar e do partido oficial, a Arena, em 1974, quando a eleição inesperada de 16 senadores do MDB inspirou um livro de Sebastião Nery intitulado *As 16 Derrotas que Abalaram o País*. Heráclito lembrou que o PT anunciou que venceria em mil cidades, reduziu a previsão para 500 e aca-

bou elegendo 400 prefeitos.

Que vitória é essa? O PT tinha 29 prefeitos nas cidades com mais de 150 mil habitantes. Perdeu em 19 e reelegeu apenas 10. Perdeu na maior cidade universitária do país, Campinas (SP); perdeu em Piracicaba; perdeu na Califórnia brasileira, Ribeirão Preto; perdeu na cidade dos calçados, Franca; perdeu no ABC paulista inteiro, sendo que de forma humilhante em São Bernardo do Campo, com o meu querido



Heráclito Fortes lembra que partido só elegeu 400 prefeitos em todo o país

Vicentinho. Perdeu a eleição no próprio berço do PT.

Projetos

Incentivo à renovação da frota

Projeto apresentado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pretende incentivar a renovação da frota brasileira de transporte rodoviário. A proposta (PLS 278/04) isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos de peso superior a cinco toneladas, desde que destinados exclusivamente ao

transporte de mercadorias. Para manter o benefício, o proprietário não poderá destinar o caminhão a outro fim pelo prazo de cinco anos. A senadora explica que o projeto traz dois benefícios adicionais, pois contribui para impulsionar a fabricação de veículos pesados no Brasil e reduzir o número de acidentes.

Transporte gratuito nas eleições

Os eleitores poderão ter transporte gratuito no dias de eleições, conforme estabelece projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Pela proposta, a gratuidade será assegurada nos veículos que fazem linhas coletivas urbanas, metropolitanas e intermunicipais. O benefício passaria a valer a partir de duas horas antes e duas horas depois do horário estipulado para votação. Segundo Mozarildo, a questão do transporte do eleitor é um ponto importante para melhorar o processo eleitoral no país.

Folga a servidor para vacinação de filho

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou três projetos de lei. O primeiro (PLS 287/04) concede um dia de folga ao funcionário federal que precisar levar o filho para vacinar. O PLS 288/04 determina que o parcelamento de solo, com vistas à urbanização, só poderá ser feito desde que precedido de infra-estrutura básica. O terceiro projeto (PLS 289/04) propõe regras para o *telemarketing*, de modo a garantir a privacidade dos usuários de serviços telefônicos.

PEC garante a nomeação de concursado

Proposta de emenda à Constituição (PEC 48/04) de iniciativa de Paulo Paim (PT-RS) prevê novas regras para nomeação de servidor público. A proposição determina que qualquer órgão público (federal, estadual ou municipal) que vier a promover um concurso será obrigado a preencher o número de vagas fixadas no edital, dentro do prazo de validade, que será de dois anos, prorrogável por mais dois. Paim lembra que, hoje, a aprovação em concurso não gera direito à investidura no cargo, mas apenas expectativa de direito.

Mototaxista pode ganhar isenção do IPI

Os mototaxistas do país poderão ficar isentos do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de motocicletas com motor entre 125 e 250 centímetros cúbicos. A renúncia fiscal em favor da categoria foi proposta pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC) por meio do Projeto 280/04. A medida vale para mototaxistas autônomos ou membros de cooperativas de trabalho, desde que sejam autorizados a exercer a atividade pelo poder público.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 5 e 14 de outubro

PLENÁRIO

Cristovam quer federalizar o ensino

Ao homenagear os profissionais do ensino pela passagem do Dia do Professor, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) propôs a federalização do ensino fundamental e médio no Brasil. Para ele, a criança brasileira tem direito a ter ensino de qualidade e a escola fundamental precisa ser igual em todo o país. Ele explicou que isso não quer dizer que os professores precisarão ser funcionários públicos federais, mas eles devem ter formação da mesma qualidade e remuneração adequada.

Cristovam disse que o fato de deixar o ensino fundamental e médio nas mãos dos estados e municípios traz uma disparidade

de qualidade. Como exemplo, ele citou a língua portuguesa como é ensinada nos quatro cantos do país: a gramática é diferente, a sintaxe também, e o vocabulário ainda mais.

O senador explicou que o Brasil está muito atrasado em relação à maioria dos países por razões culturais. Governo e população, observou, sempre priorizaram o material ao intelectual. Também o povo dá mais valor aos bens materiais do que à formação intelectual, por isso não cobra do governo, resultando num círculo vicioso, argumentou. Segundo ele, somente a conscientização de governo e sociedade pode quebrar esse círculo.



Para Cristovam, a escola fundamental precisa ser igual em todo o país

Mão Santa defende melhores salários para professores

Em discurso na sexta-feira (15), o senador Mão Santa (PMDB-PI) também parabenizou os professores, afirmando que o governo é injusto ao pagar salários indignos a esses profissionais.

– Este é um país injusto, indigno, trata mal as professoras, que hoje vivem sem esperança. Se somos injustos com as nossas mestras, não haverá justiça nesse país – afirmou.

Mão Santa lembrou a lição que Platão deixou aos seus alunos: aconselhava a ousadia acompanhada da prudência. O senador recomendou a leitura do livro *Maturidade*, de Albert Einstein. Em um capítulo, o físico define educação como “o que fica depois que esquecemos tudo o que aprendemos na escola”.

Eleições

Durante o discurso, Mão Santa considerou “incrível” o que se



Mão Santa citou Platão e Einstein para defender os profissionais do ensino

passou no Piauí nas eleições municipais. Segundo o senador, a Polícia Federal prendeu 14 pessoas com milhares de cédulas de R\$ 10 e R\$ 5 comprando votos. Ele afirmou que o povo é honesto, mas que pode ser levado pela necessidade de dinheiro e pela pobreza a atitudes como essa de vender seus votos.

Mozarildo cobra estímulo à educação na Amazônia

Ao prestar homenagem ao professor brasileiro na sexta-feira (15), o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) reclamou uma maior atenção das autoridades para a Amazônia “pelo menos na questão da educação”. O senador destacou que todo mundo sabe que o professor é muito mal pago no Brasil e lembrou que a profissão de mestre é fundamental para ensinar a existência de outras profissões. O Brasil, observou, é descuidado com o pagamento, com a qualificação, com a possibilidade de o professor aprimorar-se, e isso

“é lamentável sob todos os aspectos”.

Mozarildo disse que, também na educação, o Brasil é concentrado no Sul e no Sudeste. Ele deu o exemplo das escolas de Medicina: mais de 80% delas estão nessas regiões. E lembrou que o professor universitário ganha a mesma coisa trabalhando no Rio de Janeiro ou em Roraima.

– Quem vai terminar um doutorado e ser professor em Roraima, ganhando o mesmo que em São Paulo? Não há nenhum estímulo para levar o saber àquelas regiões.

Serys diz que 95% dos educadores são mulheres

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) também homenageou os professores e professoras de Mato Grosso e do Brasil. A senadora destacou a significativa responsabilidade das mulheres na educação e lembrou que o ensino básico no país é desenvolvido por mais de 95% de mulheres.

Serys defendeu a reconstrução da universidade pública, que considera “sucateada”, para que ela se torne uma instituição democrática e de qualidade. Para isso, disse ela, é preciso investimento. Ela afirmou não ser contra as faculdades particulares, mas ressaltou que elas



Serys destaca que faculdades particulares não devem receber verbas públicas

devem continuar funcionando como empresas que são de fato, para as quais não devem ser direcionadas verbas públicas.

Número de docentes em sala de aula					
Região	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
Norte	78.407	954	95.474	18.406	193.241
Nordeste	199.264	4215	414.449	125.807	743.735
Sudeste	427.693	5.515	354.036	258.501	1.045.745
Sul	164.304	2.643	146.261	70.146	383.354
Centro-Oeste	83.234	1126	54.002	38.757	177.119
Brasil	952.902	14.453	1.064.222	511.617	2.543.194

Fonte: Ministério da Educação

Heloísa afirma que reforma foi injusta com os professores

Ao elogiar, em discurso na sexta-feira, os professores brasileiros pelo transcurso do seu dia, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que a reforma da Previdência foi especialmente injusta com essa categoria.

Ela disse ter ouvido, na época, depoimentos de professoras que estavam há 15 dias da aposentadoria e passaram a ter que esperar mais sete anos para poder pleitear o benefício.

Heloísa criticou também a medida provisória que libera o plantio e comercialização de produtos transgênicos (MP 223/04). A senadora informou que há muitas pesquisas indicando que os transgênicos fazem mal à saúde e que mercados importantes como China e alguns países da Europa não aceitam esses produtos.

Efraim: Brasil tem de dar prioridade à educação

Efraim Morais (PFL-PB) disse que, “enquanto o Brasil empurrar com a barriga o seu vasto contencioso educacional, continuará à margem do desenvolvimento e prosperidade, refém e não agente da globalização econômica”. Se a grave situação não for revertida “o país continuará a exibir ao mundo uma das sociedades mais desiguais e injustas do planeta”, advertiu.

– Como pensar em inclusão social sem atribuir à educação toda a prioridade e urgência possíveis? Não adianta procurar os vilões do nosso atraso e subdesenvolvimento lá fora. Estão aqui dentro. Cabe-nos, elite governante deste país, reverter essa equação.

Para Efraim, as mudanças devem começar com investimentos mais consistentes no professor, para que melhore sua formação e “a qualidade do ensino que transmite”.

Heráclito exalta os 50 anos da União Interparlamentar

Os 50 anos de criação do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a serem comemorados no próximo dia 25, foram lembrados na sexta-feira pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Para ele, em uma época em que o unilateralismo ameaça o diálogo e a paz mundial, “instituições como a União Interparlamentar desempenham papel importantíssimo na cena internacional”.

– Assim como os demais membros do Grupo Brasileiro, tenho

a consciência do meu dever de lutar, com todas as forças, contra a exclusão e as desigualdades sociais que impedem o exercício das liberdades individuais, fenômenos que, em última análise, fomentam a intolerância, o fanatismo e a guerra.

Compete à União Interparlamentar, conforme Heráclito, incrementar o diálogo entre parlamentares, com o objetivo de fortalecer os ideais democráticos pelo mundo e no interior de cada país-membro.



Paulo Octávio ressaltou a “excelência dos trabalhos prestados” pela secretaria

Gráfica do Senado recebe elogio de Paulo Octávio

A Secretaria Especial de Editoração e Publicações, conhecida como Gráfica do Senado, recebeu homenagem em discurso do senador Paulo Octávio (PFL-DF), pela “excelência dos trabalhos prestados” na condição de responsável por todas as publicações da Casa.

Ao homenagear os profissionais da secretaria, Paulo Octávio cumprimentou o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, que foi diretor por

oito anos daquele órgão. Ele ainda realçou a qualidade do *Jornal do Senado* e a competência do Conselho Editorial pela recuperação de mais de cem obras, a publicação de livros em braile e as participações da Casa em feiras de livros.

Ele aproveitou para parabenizar Heloísa Helena (PSOL-AL) e Serys Slhessarenko (PT-MT), que são professoras, e todos os mestres do país, pela passagem do Dia do Professor.

PLENÁRIO

Jucá defende verbas para educação infantil

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) cobrou o envolvimento do Senado na definição de um mecanismo de financiamento público da educação infantil no país. Na ausência de previsão orçamentária para a educação de crianças de dois a seis anos, a construção de creches públicas, informou Jucá, vem sendo viabilizada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social, e não do MEC.

– Trata-se de uma lacuna que deve ser coberta o mais rápido possível, já que, pela legislação, o ensino infantil não é obrigatoriedade do Estado – informou.

Conforme acrescentou, das 800 mil crianças nessa faixa escolar,

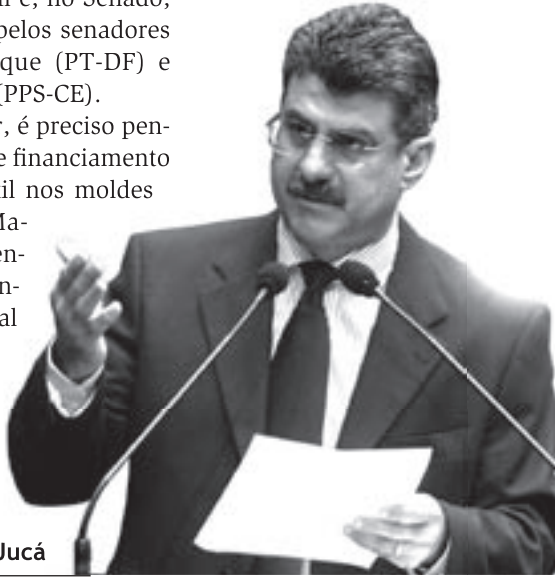
no município de São Paulo, apenas 150 mil são atendidas em creches.

Segundo Jucá, a luta por recursos específicos para a educação infantil ganhou força nesta eleição municipal e, no Senado, já foi assumida pelos senadores Cristovam Buarque (PT-DF) e Patrícia Saboya (PPS-CE).

Para o senador, é preciso pensar uma forma de financiamento do ensino infantil nos moldes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Aproveitan-

do a passagem do Dia do Professor, na sexta-feira, Jucá fez uma homenagem a todos os mestres do país. O parlamentar defendeu que professores tenham salários justos e condições de ensino.



CÉLIO AZEVEDO

Legislação não prevê compromisso do Estado com educação de crianças de dois a seis anos, explica Jucá

Paim elogia Itamaraty por agilizar repatriação de crianças

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou sua satisfação com o bom andamento do caso da senhora Genilma Boehler, que teve seus dois filhos menores seqüestrados pelo próprio pai e levados para o Paraguai. Paim disse ter recebido informações do chanceler Celso Amorim de que as crianças estarão de volta em breve ao Brasil.

Paim lembrou que o Itamaraty tomou providências imediatas em favor da mãe, e que as gestões do governo brasileiro junto a dois ministros paraguaios chegaram ao próprio presidente da República, Nicanor Duarte. Os meninos Guillermo, de dez anos, e Arturo, de seis, foram levados pelo pai, Eri Villalba, de São Bernardo do Campo (SP) para o Paraguai, sem o consentimento da mãe, no dia 4 de fevereiro. O senador informou que já há decisão judicial de uma juíza paraguaia em favor de Genilma Boehler, e que a repatriação das crianças ao Brasil depende apenas de trâmites burocráticos.

Em seu pronunciamento, Paim



GERALDO MAGELA

Paim confia que caso de menores seqüestrados pelo pai será resolvido em breve

também homenageou os profissionais de educação pelo Dia do Professor, comemorado na sexta-feira, e conclamou o Senado a lutar para que eles tenham salários dignos e condições adequadas de trabalho.

O senador lamentou que, no Brasil, haja falta de respeito pela profissão, fato que ele disse não entender, uma vez que a educação tem papel primordial na formação da cidadania e no desenvolvimento do país.

Luiz Otávio exalta realização do Círio de Nazaré

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) registrou a 212ª edição do Círio de Nazaré, que qualificou como “a maior manifestação mariana do Brasil”. Ele também destacou a nomeação do novo arcebispo de Belém, dom Orani João Tempesta, que deixou o comando da Diocese de São José do Rio Preto (SP) para substituir dom Vicente Joaquim Zico, agora arcebispo emérito.

O Círio de Nazaré, definiu o senador, é “uma das maiores demonstrações de fé” do país e, no último dia 10, levou 2 milhões de pessoas às ruas de Belém.

Luiz Otávio informou que a

posse do novo arcebispo será em 8 de dezembro. O senador manifestou sua alegria em comunicar que o prelado continuará morando em Belém, dedicando-se aos doentes e à formação espiritual. Nascido em Luz (MG), em 1927, dom Zico ordenou-se sacerdote em 1950, em Petrópolis (RJ), e foi consagrado bispo em 1981, em Roma (Itália). Era arcebispo de Belém desde 1990.

Já dom Orani nasceu em 1950, em São José do Rio Pardo (SP), onde se tornou padre (em 1974) e bispo (em 1997). Com a ordenação episcopal, assumiu a Diocese de São José do Rio Preto.

Mozarildo quer ampliar efetivo das Forças Armadas na Amazônia

Uma das maiores demandas das Forças Armadas está no aumento de sua presença na região amazônica, disse o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Para ele, é necessária uma maior presença das Forças Armadas na Amazônia devido à grande vulnerabilidade da área e ao poder de suas riquezas naturais.

O senador lembrou que a Amazônia brasileira possui 5.109.812 de quilômetros quadrados, que correspondem a cerca de 60% do território nacional e a aproximadamente 70% da chamada Amazônia continental, que inclui áreas pertencentes à Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana. A Amazônia mantém fronteira com todos esses países, exceto o Equador, ao longo de 12 mil quilômetros. Mozarildo ressaltou a extensão territorial da Amazônia e sua importância estratégica por deter a principal fonte de água e 1/3 das florestas tropicais úmidas do planeta.

Patrícia fala em Roma sobre exploração sexual

A senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE) participa da Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares pela Proteção de Crianças e Adolescentes, realizada em Roma no domingo e nesta segunda-feira. Patrícia, que é coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, expõe o problema da exploração sexual infanto-juvenil no Brasil.

Patrícia coordena a sessão que trata do problema da exploração sexual e do tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais e, em sua exposição, apresenta um balanço dos trabalhos da CPI do Congresso Nacional que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil durante mais de um ano.

Nesta segunda-feira, haverá debate sobre a proposta de criação de rede de parlamentares mulheres em todo o mundo para atuar na defesa



CÉLIO AZEVEDO

Patrícia coordena sessão em conferência mundial de defesa de crianças e adolescentes

e na proteção de crianças e adolescentes. As participantes da conferência terão uma audiência com o papa João Paulo II no Vaticano. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, e a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) também participam do evento.



14/11/2004 - BERG SILVA / AGENCIA O GLOBO

Sarney autografa *Tempo de Pacotilha* em evento na ABL, entre Hélio Fernandes, Ivan Junqueira e Armando Niskier

Sarney reúne em livro artigos sobre o Brasil e o mundo

O presidente do Senado, José Sarney, autografou na semana passada, na Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro, seu novo livro, *Tempo de Pacotilha*, uma seleção de artigos escritos para a *Folha de S. Paulo* entre 1991 e 2003, abordando a atualidade no país e no mundo. A edição, da própria ABL, está organizada em 18 temas, que reúnem artigos escritos por ocasião da morte de personalidades como Ayrton Senna, Cássia Eller, Austregésilo de Athayde e Jorge Amado,

além de textos sobre meio ambiente e injustiça social.

O evento contou com a presença de Celso Furtado e Oscar Dias Corrêa, dos jornalistas Flávio Tavares e Hélio Fernandes, do presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Pedro Correia do Lago, e do ex-ministro Célio Borja. Depois do lançamento, Sarney disse que defende o empenho do Congresso na votação da reforma política e afirmou que vai trabalhar para que todo o PMDB apóie o governo do presidente Lula.

Antonio Carlos é submetido a cirurgia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) foi submetido, na quinta-feira da semana passada, no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas (Incor), em São Paulo, a uma cirurgia cardíaca para implante de um “cardiodesfibrilador automático com ressincronizador” (marca-passo), para tratamento de insuficiência cardíaca crônica.

Antonio Carlos deu entrada no Incor no domingo (10) para a realização de exames de rotina de avaliação cardiológica. Ao longo da última semana foi submetido a uma série de exames de diagnóstico e a uma avaliação clínica, que apontaram a necessidade de implantação do equipamento para tratar o quadro de insuficiência cardíaca.



GERALDO MAGELA

De acordo com Luiz Otávio, esta é “uma das maiores demonstrações de fé” do Brasil

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

Informação ao alcance de todos



- Acervo aberto para consulta ao público em geral
 - 150 mil livros
 - 2,7 milhões de recortes de jornais
 - 450 mil fascículos de periódicos
 - 4 mil obras raras
 - Bases de dados estrangeiras, com artigos e periódicos em texto integral

Senado Federal
Subsecretaria de Biblioteca
e-mail: ssbib@senado.gov.br
www.senado.gov.br/biblioteca
Tels:(61) 311-3943 e 311 3944 - Fax: (61) 311-1665
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Térreo - Brasília/DF

Voz do Leitor

CARTEIROS

“Solicito aos senadores de Pernambuco a apresentação de projeto de lei conferindo aos carteiros, após 25 ou 30 anos de trabalho, direito à aposentadoria ou, então, à transferência para serviços internos. O pedido se justifica porque é grande o desgaste físico imposto pelo exercício da profissão, que obriga a longas caminhadas sob sol causticante, carregando peso nas costas, o que ocasiona várias seqüelas.”

Flávio C. Leiti,
de Salgueiro (PE)

APOSENTADORIA
POR INVALIDEZ

“Li no *Jornal do Senado* nº 2.007, página 12, *Especial Cidadania*, que está tramitando no Congresso Nacional o PLS 69/02, do senador Romero Jucá, que permite aos portadores de formas crônicas de diabetes a obtenção de aposentadoria por invalidez e o recebimento de auxílio-doença. Desejo saber por que as pessoas que sofrem de bronquite asmática não podem ter o mesmo direito. A bronquite asmática é também uma doença crônica, sem cura, e seus portadores ainda sofrem para conseguir medicamento. Em minha cidade, tem sido freqüente a falta de medicamentos na rede pública. Os postos de saúde não têm cadastro dos pacientes

e não providenciam um estoque adequado para atender à demanda. Desejaria que o Ministério da Saúde tomasse providências para melhorar a situação dos portadores de bronquite asmática.”

João Alves de Almeida Filho,
de Itaquaquecetuba (SP)

VOTO OBRIGATÓRIO

“Gostaria de cumprimentar o senador Maguito Vilela pela sua posição contrária ao voto obrigatório. Só com o fim do voto obrigatório a democracia estaria sendo realmente respeitada. Não concordo com o senador Leonel Pavan, segundo o qual o voto facultativo poderia alijar o cidadão comum do processo eleitoral. A melhor solução é ampliar a educação do povo e conscientizá-lo politicamente. Acabem com o voto obrigatório.”

Dalza Zatorre,
de Seropédica (RJ)

“Estou totalmente de acordo com o senador Maguito Vilela. O voto facultativo tornará o processo eleitoral brasileiro realmente democrático. Não existe democracia de fato e de direito enquanto somos obrigados a votar. O ato de votar é um ato de cidadania e deve ser espontâneo e usado por quem deseja contribuir para o fortalecimento do nosso país.”

José Genildo de Farias,
de Aracaju (SE)

DESAPARECIDOS

A Cruz Vermelha Brasileira informa aos leitores do *Jornal do Senado* que ajuda a localizar pessoas desaparecidas, utilizando os meios de comunicação para publicar as listas de procurados. A organização funciona no seguinte endereço: Praça Cruz Vermelha, 10/12 – Centro. 20230-130 Rio de Janeiro - RJ. Telefones: (21) 2221-0658 e 2507-1594. Internet: www.buscadeparadeiro.com.br.

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

Foto da Semana

Funcionários da Vasp entregam a Edison Lobão abaixo-assinado, protocolado no Palácio do Planalto, que pede igualdade de tratamento às companhias aéreas. A vinda dos trabalhadores ao Senado teve o apoio da atriz Elizabeth Savala, que destacou o incentivo à cultura promovido pela empresa



13/10/2004 - MOREIRA MARIZ

Pergunte ao Senador

PLANOS DE SAÚDE

Patrícia Fernandes Rocha, de Divinópolis (MG)

“Gostaria de saber o que o Senado Federal pode fazer em relação aos médicos que estão boicotando os planos de saúde. Como consequência, o cidadão é quem mais sofre, pois precisa pagar as consultas e esperar pelo ressarcimento, que acaba sendo menor do que o valor pago pela consulta.”

O senador Eduardo Azeredo
(PSDB-MG) responde:

Senhora Patrícia, esse assunto merece toda a nossa atenção. Temos que buscar uma solução para que o cidadão que paga mensalmente seu plano de saúde não seja prejudicado. O Senado pode levantar e discutir os direitos dos clientes dos planos de saúde e cobrar uma ação da Agência Nacional de Saúde (ANS), responsável pela regulamentação do setor. Acredito que o assunto merece também discussão mais ampla, envolvendo o Ministério Público e entidades de defesa do consumidor.



GERALDO MAGELA

NOVOS ESTADOS NA REGIÃO NORTE

Damásio Lopes, de Aracati (CE)

“Gostaria de saber quais os interesses dos políticos em obstruir votação de matérias com referência à criação de estados na Região Norte.”

O Senador Mozarildo Cavalcanti
(PPS-RR) responde:

Damásio, há duas vertentes. Existem os políticos dos próprios estados da Região Norte que consideram que a divisão significará perdas e se opõem à divisão, por uma questão sentimental. Já os políticos das regiões mais desenvolvidas, principalmente os do Sul e Sudeste, acreditam que, com novos estados, a Região Norte ganhará mais peso político, o que, nessa visão, desequilibraria a força política dos outros estados da Federação. Tanto num caso quanto no outro, há equívocos: as divisões tanto favorecem o desenvolvimento da região que é desmembrada quanto daquela que permanece. Achamos interessante a idéia das regiões mais pobres terem mais representantes do que as regiões mais ricas, que já possuem grande poder político. Hoje, a igualdade de representação dos estados se dá apenas no Senado, onde todos possuem o mesmo número de representantes. Isso não ocorre na Câmara, onde, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem mais deputados. Temos que criar estados visando ao desenvolvimento de todo o país e, o que é importante, à ocupação da Amazônia. Poderemos, assim, dar aos cidadãos da Amazônia maior força política.



ROOSEVELT PINHEIRO

Frases

“O financiamento público é um passo largo no sentido de reduzir substancialmente os índices de corrupção no Brasil”

Antonio Carlos Valadares, elogiando projeto que determina previsão orçamentária para campanhas eleitorais.



“As ONGs não devem ser fiscalizadas com mais rigor. Elas devem ser tratadas com o devido rigor e com justas medidas, e para isso a nossa legislação é o suficiente”

Fátima Cleide, ao condenar, em artigo no *Jornal do Senado*, proposta de maior controle do Estado sobre as organizações não-governamentais.

“É verdade que existem boas ONGs, mas quase todas que dizem dedicar-se à questão ambiental ou indígena defendem outros interesses que não são os do país”

Gilberto Mestrinho, também em artigo no *Jornal do Senado*, defendendo maior controle sobre as ONGs.

“Negligência, sim, e negligência de que me sinto também culpado, pois, se tivéssemos aprendido com o acidente do Açude Cipó, já teríamos tomado providências e esse horrível acidente em Erechim talvez não tivesse acontecido”

Valmir Amaral, anunciando projeto que obriga a instalação de saídas de emergência de fácil acesso nos veículos de transporte coletivo. Nos acidentes citados, crianças e adultos morreram afogados dentro de veículos.



“Sem sua dedicação e trabalho, nossos filhos não seriam nada”

Paulo Paim, ao lembrar a passagem do Dia do Professor (15/10) e defender melhores salários para a categoria.

Rádio Senado debate atribuições dos médicos

A proposta que estabelece as atribuições privativas dos médicos é o assunto do programa *Conexão Senado*, que vai ao ar na segunda-feira, ao meio-dia, na Rádio Senado. A proposta aguarda exame dos senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramita em caráter terminativo, ou seja, se aprovada pela comissão, pode seguir para o exame da Câmara dos Deputados, sem ter que passar pelo Plenário do Senado. O ponto mais polêmico do texto é a restrição da prescrição terapêutica apenas ao médico, o que causou a reação de profissionais de outras áreas da saúde, como psicólogos, enfermeiros e fonoaudiólogos.

Já o programa *Escala Brasileira* entrevista, na quinta-feira, às 23h, o multiinstrumentista José Menezes França. Nascido em 1921 em Jardim, no Ceará, ainda

menino foi considerado o "prodígio de Juazeiro" e, como vinha de uma família de poucos recursos, o comércio local se cotizou para lhe dar o primeiro cavaquinho. Ao longo de sua carreira foi autor de clássicos do choro, trabalhou na orquestra da Rede Globo, onde foi maestro e arranjador por muitos anos. Já acompanhou quase toda a MPB: Orlando Silva, Os Cariocas, Tom Jobim, Miúcha, Roberto Carlos, Emílio Santiago e Caetano Veloso, entre outros. No programa, ele fala da série *Zé Menezes - Autoral*, contendo a gravação integral de sua obra, em que registra seus arranjos, em especial, suas interpretações e algumas composições para a formação instrumental conhe-



Profissionais de saúde divergem sobre projeto que define ato médico

cida como *Regional de Choro*. Ouviremos: *Saudades do Cariri*, *Vivo Sonhando*, *Duas Contas*, *Desvairada*, *Gafieira Carioca*,

Comigo É Assim, *Menezeando e Tô Querendo*.

Entre outras canções famosas, *Eu Sei que Vou te Amar*, *Garota de Ipanema* estarão presentes no programa *Música do Brasil*, no sábado, às 16h, com reprise no domingo, às 11h.

Ainda no fim de semana, no programa *Música Erudita e seus Mestres*, sábado, às 11h, com reprise no domingo, às 15h, composições de Villa-Lobos interpretadas pela Orquestra da Cidade de Nova York e pelo orfeão de Professores do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

Já no programa *Autores e Livros*, no domingo, às 9h, entrevista com Maria Cristina Cavalcanti Albuquerque, autora do livro *Príncipe e Corsário*.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Um romance que conta a História do Brasil

ALEXANDRE GUIMARÃES

A escrita leve e romântica faz esquecer que se lê um livro didático. Ao se avançar linha a linha, por meio do período de pouco mais de quatro séculos (1500-1922), o espírito de descoberta é o mesmo dos secundaristas dos anos 30 e 40. A obra encanta pelo primor, conhecimento e embasamento de seu autor.

O baiano Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, no ano do lançamento da primeira edição da História da Civilização Brasileira (1933), não é ainda o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nem o representante político da Bahia, nem é o reitor da Universidade do Brasil. Calmon é apenas um jovem recém-chegado ao Rio de Janeiro, professor do Museu Histórico Nacional.

Das aulas ministradas no ano anterior, traça um livro inovador, que logo alcançaria, em suas sucessivas edições, várias salas de aula em escolas de ensino médio de todo o país.

Formação de uma sociedade mesclada, revolta de "pobres contra ricos"

O texto traz a concepção de uma "história da civilização", englobando vários aspectos da formação e evolução do Brasil. A análise sociológica surge em muitos trechos, tais como nas hipóteses de formação de uma sociedade mesclada; na interpretação social das várias revoltas colônias; e na visão de uma revolta de "pobres contra ricos", na Cabanagem, entre outros.

Pedro Calmon traça a evolução das regiões do país e a formação das fronteiras, seguindo a mesma perspectiva geográfica que Sérgio Buarque de Holanda mostrará em seu *Raízes do Brasil*, quatro anos mais tarde. Outro aspecto importante é a riqueza das notas bibliográficas, atualizada nas diversas edições.

Publicada no mesmo ano de dois outros clássicos - *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, e *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Jr. -, *História da Civilização Brasileira* é um dos volumes da coleção Biblioteca Básica Brasileira, do Senado Federal.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. História da Civilização Brasileira, de Pedro Calmon, editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, custa R\$ 20 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone 0800 61-2211.



Pedro Calmon

ESPECIAL

Baixaria na TV reelege o campeão

Pela terceira vez o programa *Tarde Quente*, apresentado por João Kleber, da Rede TV, liderou o ranking dos programas televisivos mais denunciados pela população à campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania, coordenada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O levantamento, feito com base nas denúncias recebidas entre 7 de maio e 11 de outubro deste ano, foi divulgado na semana passada. Das 248 reclamações, *Tarde Quente* obteve 85, e as queixas foram referentes ao apelo sexual, incitação à violência e horário impróprio.

É lamentável ver o apresentador João Kleber no topo do ranking, depois de tantos compromissos firmados com a campanha de que os seus programas passariam por reformulações, mas isso não ocorreu -, disse o deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), coordenador da campanha desde que foi criada, em 2002. No ano passado, o deputado reuniu-se com o apresentador, que prometeu modificações no programa. Essa é a sétima edição

do ranking e João Kleber liderou o primeiro e o terceiro.

O segundo lugar do levantamento ficou com a novela *Celebridade*, da Rede Globo, mencionada por 34 telespectadores, que consideraram o horário de sua exibição como impróprio, além de muitas cenas de sexo e imagens que incitavam à violência. Já o *Programa do Ratinho*, do SBT, ficou em terceiro lugar,

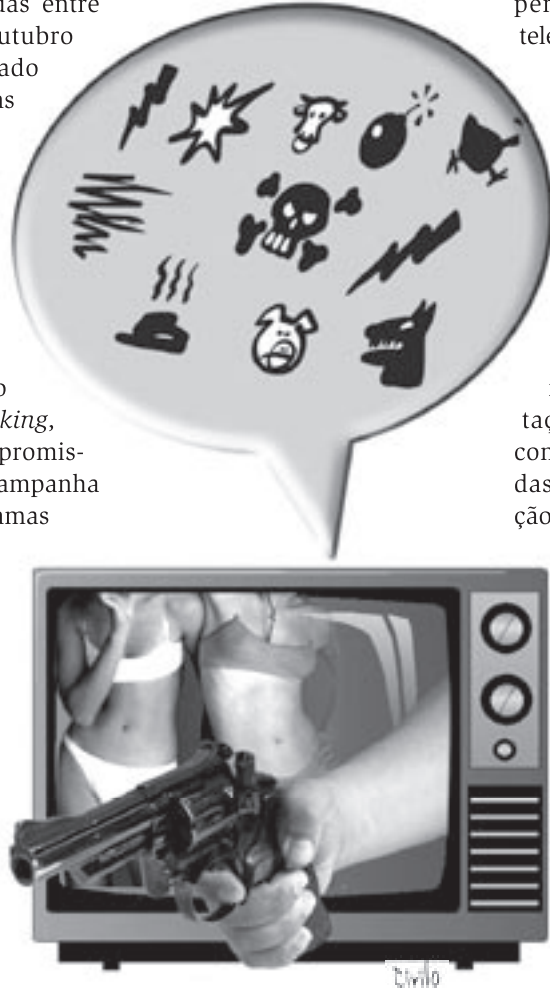
com 32 denúncias, por expor pessoas ao ridículo, apelo sexual e por ser exibido em horário inadequado.

Denúncias por telefone e pela Internet

A campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania consiste no acompanhamento permanente da programação televisiva para indicar os programas que mais desrespeitam convenções internacionais assinadas pelo Brasil, princípios constitucionais e legislação em vigor que protegem os direitos humanos e a cidadania.

Em quase dois anos, essa campanha contabilizou mais de 15 mil e-mails recebidos, entre manifestações de apoio e denúncias contra os programas. A partir das reclamações, a coordenação da campanha - que conta com a participação de 60 entidades da sociedade civil - elabora o chamado "ranking da baixaria", com os dez mais denunciados.

O resultado completo do último ranking pode ser obtido no site www.eticanatv.org.br. E as denúncias podem ser feitas pelo telefone 0800-619619 e pelo e-mail eticanatv@camara.gov.br.



Conheça o Congresso



Retrato - Sertaneja do Maranhão está exposta na residência oficial da Presidência do Senado

Sertaneja do Maranhão, retrato de Djanira

Pintora, desenhista, ilustradora e cenógrafa, Djanira Motta e Silva nasceu em Avaré, São Paulo, em 20 de junho de 1914, neta de imigrantes austríacos e de indígenas. *Retrato - Sertaneja do Maranhão*, do acervo do Senado Federal, é um auto-retrato pintado em 1971 e encontra-se na residência oficial da presidência da Casa. Esse não foi o único auto-retrato de Djanira. A artista se debruçou sobre as técnicas de desenhar a si mesma. Evoluiu. Passou a ousar mais e utilizar formas experimentais e modernas. O amadurecimento artístico não veio sem os contatos. Entre 1945 e 1947, quando morou em Nova York, conheceu o pintor

espanhol surrealista Joan Miró, além do surrealista Marc Chagall e do cubista Fernand Léger, ambos franceses.

Em 1953, partiu para a União Soviética e retornou no ano seguinte. Ao voltar ao Brasil, realizou o mural

Candomblé para a residência do escritor Jorge Amado, em Salvador, e painel para o Liceu Municipal de Petrópolis, no Rio de Janeiro. De volta ao Rio, da sua viagem à União Soviética, torna-se uma das líderes do movimento pelo Salão Preto e Branco, um protesto de artistas contra os altos preços do material para pintura.

Em 1963, faz o painel de azulejos *Santa Bárbara*, com 160m², no

túnel Catumbi, no Rio de Janeiro. Profundamente religiosa, ingressa na Ordem Terceira Carmelita, da qual recebeu o hábito com o nome de Irmã Teresa do Amor Divino.

Em 1972, recebe do Vaticano a Medalha e Diploma da Cruz Pro Ecclesia et Pontifice, conferida pelo Papa Paulo VI. Djanira foi a primeira artista latino-americana representada com obras no Museu do Vaticano, para quem ofereceu a tela *Santana de Pé*, que foi pintada com a mão esquerda, devido a uma fratura na clavícula. Uma das mais importantes artistas do século 20, no país, Djanira, que faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1979, é autenticamente brasileira por ter interpretado de maneira singela e poética a paisagem nacional, seus habitantes e seus costumes.

A primeira artista latino-americana representada no Museu do Vaticano

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi

Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral

Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazilio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltrio Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Internet a serviço da população

A rede mundial de computadores - Internet - oferece diversão, informação e serviços sobre uma infinidade de assuntos e para todos os gostos. Nesta edição do *Especial Cidadania*, reunimos alguns endereços eletrônicos que podem ser úteis ao leitor.

Crianças e adolescentes

Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças
www.fundabrinq.org.br
Abrapia
www.abrapia.org.br

Consumidor

Portal do consumidor
www.portaldoconsumidor.gov.br/index.asp
Pro Teste - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor
www.proteste.org.br
Instituto de Defesa do Consumidor
www.idec.org.br
Instituto Akatu pelo Consumo Consciente
www.akatu.com.br

Serviços

Tarifas bancárias (Banco Central) - www.bcb.gov.br/?TARIFAS
Calculadora do Cidadão (onde calcular o valor de financiamentos com prestações fixas, a correção de valores e aplicações financeiras) - www.bcb.gov.br/?CALCULADORA
Portal de serviços e informações do governo - www.e.gov.br/
Transferências constitucionais para estados e municípios - www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp
Como obter certidão negativa na Receita Federal - www.receita.fazenda.gov.br/GuiaContribuinte/cn_pf.htm (pessoa física)
www.receita.fazenda.gov.br/GuiaContribuinte/CND_%20ITR.htm (de imóvel rural)
Alíquotas de tributos federais - www.receita.fazenda.gov.br/Aliquotas/Default.htm
Informações sobre os municípios (população, renda, Índice de Desenvolvimento Humano etc.) - www.federativo.bndes.gov.br/f_bdg.htm
Informações sobre a liberação de recursos do Fundef para os estados - www.stn.fazenda.gov.br/servicos/biblioteca_virtual/boletim_fundef.asp
Situação do CPF do contribuinte - www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp
Acesso a sites dos três Poderes da União - www.brasil.gov.br/estrutura.htm
Cartórios e tabelionatos - www.cartorio24horas.com.br e www.mj.gov.br/sistemas/cartorio/Selectuf.asp
Lista telefônica e telefones úteis - www.helpistas.com.br/ e www.telelistas.net
Tarifas telefônicas - www.comparatel.com.br/static/
Código de Endereçamento Postal - www.correios.com.br/servicos/cep/default.cfm



Portadores de deficiência física

Entre Amigos - Rede de Informações sobre Deficiência
www.entreamigos.com.br
Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência
www.cedipod.org.br
Acesso ao computador e à Internet
www.acessibilidade.net



Saúde

Busca de medicamentos genéricos
www.medicamentogenerico.org.br
Tabagismo (informações de saúde e dicas de como parar de fumar)
www.inca.gov.br/tabagismo/
Informações sobre câncer
www.inca.gov.br
Planos de saúde, incluindo a lista daqueles autorizados a funcionar
www.ans.gov.br/portal/site/perfil_consumidor/

História

Museu Histórico Nacional
www.museuhistoriconacional.com.br
Centro de Pesquisa e Documentação e História Contemporânea do Brasil (CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br



Transporte

Distâncias entre as cidades brasileiras
www.dnit.gov.br/rodovias/distancias/distancias.asp
Mapas de transportes do país
www.transportes.gov.br/bit/mapas/imapa.htm
Linhas de ônibus entre as cidades brasileiras, com preço das passagens
www.antt.gov.br/transp/secao_duas_localidades.asp

Política e legislação

Ordem do dia eletrônica do Senado
www2.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/
Base de dados da legislação federal brasileira
<https://legislacao.planalto.gov.br>
Base de dados de todas as Constituições estaduais
www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/default.asp
Orçamento da União, incluindo liberação de recursos por estado e por órgão público
www.camara.gov.br/internet/interacao/orcamento/exec_orca_01.asp

Educação

Estatísticas e informações educacionais
www.inep.gov.br
ONG Cidade Escola (pesquisas sobre cidadania, índices sociais e guia de empregos)
www.aprendiz.com.br
ONG Protagonistes
www.protagonistes.org.br



Pesquisas e estatísticas

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)
www.ibge.gov.br
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
www.ipeadata.gov.br
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese)
www.dieese.org.br

